

RODRIGO MOUSSALLE BUENO

O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO:

a questão antártica

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: CMG(FN) Ricardo Antonio Cazumba.

Rio de Janeiro

2020

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

RODRIGO MOUSSALLE BUENO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B928e Bueno, Rodrigo Moussalle

O Entorno estratégico brasileiro: a questão Antártica / CMG (FN)
Rodrigo Moussalle Bueno. - Rio de Janeiro: ESG, 2020.
90 f.

Orientador: CMG (FN) Ricardo Antonio Cazumba
Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao
Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à
obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia,
2020.

1. Brasil – Relações exteriores. 2. Brasil – Defesa. 3. Antártida -
Descobertas e explorações brasileiras. 4. Programa Antártico Brasileiro.
5. Entorno Estratégico Brasileiro. I. Título.

CDD – 919.89

A minha especial e carinhosa gratidão à minha esposa Fabiola e aos meus filhos Matheus, Rafael e Laís por sempre me acompanharem e me apoiarem em minha trajetória profissional e de vida.

AGRADECIMENTOS

Aos estagiários da melhor Turma do CAEPE de todos os tempos, Turma ANTÁRTICA: NOVOS HORIZONTES, pela disposição em enfrentar o desafio de uma nova modalidade de ensino (EAD) no CAEPE, forçada pelo momento ímpar que o mundo passou e ainda passa, com a pandemia do Covid-19, e pela amizade de todas as horas.

Ao meu orientador e grande amigo, CMG(FN) Cazumba, que foi importantíssimo no desenvolvimento desse trabalho, e a quem desejo todo o sucesso na próxima jornada em sua carreira.

Ao Corpo Permanente da ESG, que foi incansável na tarefa de transmitir seus conhecimentos, independente da formatação da metodologia de ensino, e cujos ensinamentos e orientações tornaram-me um brasileiro mais informado e mais curioso sobre o destino do Brasil.

A Antártica é a região de um futuro que se aproxima; e assim, em sua conjuntura tanto geopolítica quanto geoestratégica, o problema não é mais o de como viver juntos, colaborando como até aqui, mas sim como de sobreviver separadamente.

Therezinha de Castro (1997)

RESUMO

Esta monografia aborda a análise dos fatores que levaram à narrativa da Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”, adotada em 2012, no texto da Política Nacional de Defesa, bem como sua pertinência. A metodologia adotada consistiu em uma abordagem hipotético-dedutiva e, como método de procedimento, o método histórico, por meio de técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, o trabalho apresenta uma contextualização dos cenários interno e externo do Brasil no período de 2003 a 2012, com um paralelo traçado através das expressões de Política Externa Brasileira e de Defesa Nacional e dos aspectos econômico-sociais do país no período em tela. Realiza, também, uma análise textual comparativa entre a Política de Defesa Nacional e a Política Nacional de Defesa, identificando diferenças, alterações e atualizações marcantes na evolução desses documentos. Com essa base, compara os conceitos de “Entorno Estratégico Brasileiro” presentes na literatura e define aquele que norteia a continuação do estudo. Na sequência, apresenta aspectos históricos relativos ao Continente Antártico e ao Sistema do Tratado da Antártica, contexto no qual surge o interesse do Brasil por aquela região. A partir desse ponto, o estudo destaca como esse interesse materializou uma política antártica brasileira, que deu origem ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Por meio de investigação documental adicional, com enfoque na especificidade da inclusão da questão antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro”, e à luz dos conceitos e conhecimentos anteriores, o estudo apresenta uma análise consolidada do tema. Descreve, ainda, a atualidade do PROANTAR, com os reflexos, nos dias de hoje, da inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”. A conclusão confirma a hipótese de influência do contexto da Política Externa Brasileira, junto ao Ministério da Defesa, na inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da Política Nacional de Defesa de 2012, destaca a importância estratégica da região para o Brasil, o que ratifica a citada inclusão, e apresenta, como sugestão, três oportunidades de melhorias nas políticas relacionadas ao tema.

Palavras-chave: Brasil – Relações exteriores. Brasil – Defesa. Antártida - Descobertas e explorações brasileiras. Programa Antártico Brasileiro. Entorno Estratégico Brasileiro.

ABSTRACT

This monograph addresses the analysis of the factors that led to the narrative of the Antarctica as part of the “Brazilian Strategic Surroundings”, adopted in 2012, in the text of the National Defense Policy, as well as its pertinence. The adopted methodology consisted of a hypothetical-deductive approach and, as a method of procedure, the historical method, through bibliographic and documentary research technique. To this end, the work presents a contextualization of the internal and external scenarios of Brazil in the period from 2003 to 2012, with a parallel drawn through the expressions of Brazilian Foreign Policy and National Defense and the economic and social aspects of the country in the period in question. It also performs a comparative textual analysis in the National Defense Policy, identifying marked differences, changes, and updates in the evolution of these documents. With this base, it compares the concepts of “Brazilian Strategic Surroundings” present in the literature and defines the one that guides the continuation of the study. Then, it presents historical aspects related to the Antarctic Continent and the Antarctic Treaty System, a context in which Brazil's interest in that region arises. From this point on, the study highlights how this interest materialized a Brazilian Antarctic Policy, which gave rise to the Brazilian Antarctic Program (PROANTAR). Through additional documentary research, focusing on the specificity of including the antarctic issue in the narrative of the “Brazilian Strategic Surroundings”, and considering the previous concepts and knowledge, the study presents a consolidated analysis of the theme. It also describes the status of PROANTAR, reflecting, nowadays, the inclusion of Antarctica in the “Brazilian Strategic Surroundings”. The conclusion confirms the hypothesis of influence of the context of the Brazilian Foreign Policy in the Ministry of Defense, concerning the inclusion of Antarctica in the “Brazilian Strategic Surroundings” from the National Defense Policy 2012, highlights the strategic importance of the region for Brazil, which ratifies the aforementioned inclusion, and presents, as a suggestion, three opportunities for improvements in policies related to the theme.

Keywords: *Brazil – Foreign Affairs. Brazil – Defense. Antarctica - Brazilian discoveries and explorations. Brazilian Antarctic Program. Brazilian Strategic Surroundings.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Entorno Estratégico Brasileiro da PND 2012.....	32
FIGURA 2	América do Sul e os hemisférios interior e exterior.....	36
FIGURA 3	Estrutura da política antártica brasileira.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI	Ano Geofísico Internacional
Alte	Almirante
ATCM	<i>Antarctic Treaty Consultative Meeting</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Comunidade Andina das Nações
Casa	Comunidade Sul-Americana de Nações
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEP	<i>Committee for Environmental Protection</i>
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMNAP	<i>Council of Managers of National Antarctic Programs</i>
CONANTAR	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
CONAPA	Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas
CPLP	Comunidade dos países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EACF	Estação Antártica Comandante Ferraz
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GA	Grupo de Assessoramento
GAAm	Grupo de Avaliação Ambiental
GO	Grupo de Operação
GT	Grupo Técnico
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHO	<i>International Hydrographic Organization</i>
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MAE	Módulos Antárticos Emergenciais
MB	Marinha do Brasil
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
NApOc	Navio de Apoio Oceanográfico
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPERANTAR	Operação(ões) Antártica(s)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDN	Política de Defesa Nacional
PEB	Política Externa Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar
POLANTAR	Política Nacional para Assuntos Antárticos
RAPAL	Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos
SCAR	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i>
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
STA	Sistema do Tratado da Antártica
TCU	Tribunal de Contas da União
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UfC	<i>United for Consensus</i>
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unasul	União das Nações Sul-Americanas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3	O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO	20
3.1	Campos econômico e social	23
3.2	A política externa brasileira	25
3.3	A política de Defesa Nacional	30
3.4	Análise inicial do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”	35
4	A QUESTÃO ANTÁRTICA	42
4.1	Aspectos históricos do continente antártico	42
4.2	O interesse do Brasil pela Antártica	44
4.3	A política antártica brasileira e o PROANTAR	47
4.4	A inclusão da Antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro”	49
4.4.1	Análise de documentos da CIRM	51
4.4.2	Análise das PDN de 1996 e de 2005 e PND 2012, com enfoque na questão antártica	55
4.4.3	A consolidação da análise do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”	62
4.5	A atualidade do PROANTAR	63
5	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema e pela questão Antártica surgiu no período em que o autor serviu na Subsecretaria para o Programa Antártico, da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), Organização Militar da Marinha do Brasil (MB) que, entre outras atribuições, é responsável pelo planejamento, execução e controle das Operações Antárticas (OPERANTAR), compreendendo os aspectos operacionais e logísticos.

No período de fevereiro de 2012 até setembro de 2015 o autor participou de três Operações Antárticas e da Operação de Desmonte da antiga Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)¹, tendo contato com o conhecimento dos aspectos táticos envolvidos.

Durante o exercício da função, teve a oportunidade de participar de comitivas em eventos internacionais relevantes, particularmente das Reuniões Gerais Anuais do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais (*Council of Managers of National Antarctic Programs* – COMNAP), em 2014 (Christchurch – Nova Zelândia) e 2015 (Tromsø – Noruega) e da Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (*Antarctic Treaty Consultative Meeting* – ATCM) em 2015 (Sófia – Bulgária), oportunidades em que aspectos referentes às Relações Internacionais no âmbito do Tratado da Antártica foram abordados.

Esta vivência e a decorrente experiência adquirida constituíram as bases motivadoras do presente estudo, o qual se inicia apresentando que a **Antártica é um conjunto de terras localizado ao Sul do paralelo 60° S, com amplitude territorial de 14 milhões de Km². Verdadeiro continente, de características extremas e superlativas**, é considerado o mais frio, o mais seco, o mais ventoso e o mais alto dentre os continentes (BRASIL, 2017b; BRASIL, 2020c). Mesmo com estas características inóspitas, atrai a atenção da humanidade há vários séculos. Os portugueses já chegavam às suas cercanias, na época das Grandes Navegações², no

¹ A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) sofreu, na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012, um incêndio que afetou 70% de suas instalações. Em outubro de 2012 teve início a Operação Antártica XXXI, que, entre suas tarefas, possuía as de retirada de todos os escombros e resíduos decorrentes do acidente, montagem dos Módulos Antárticos Emergenciais (para apoio das atividades enquanto a futura Estação estivesse em construção), e, ainda, em conjunto com a comunidade científica, conceber uma nova Estação. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/eacf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

² As Grandes Navegações foram o processo de exploração do Oceano Atlântico realizado pioneiramente por Portugal no século XV e acompanhado por outros países europeus ao longo do XVI.

século XV. Américo Vespúcio, participando de expedição portuguesa em 1501, escrevera carta afirmando que a expedição chegara ao Polo Antártico. Pela latitude indicada, mais tarde se concluiu que havia chegado às Ilhas Falklands ou Geórgias do Sul. (CASTRO, 1976, p. 64, 68).

Esse continente de extremos que é a Antártica foi palco de fases históricas, que vão desde a era da caça aos mamíferos (baleias e focas) no século XIX, passando pela chamada era heroica da exploração territorial e das grandes expedições de Amundsen³ e de Scott⁴, no início do século XX, que impulsionaram a fase de pesquisas científicas (CASTRO, 1976, p. 77; FERREIRA, 2009, p. 26-27), a qual se estende até a atualidade.

As questões territoriais também permearam o passado histórico do “continente gelado”, com diversas reivindicações e propostas, embora nenhuma delas tenha sido acolhida pela comunidade internacional (FERREIRA, 2009, p. 27-30). É o curioso caso das apresentadas pela Inglaterra, pela Argentina e pelo Chile, na qual os três países reivindicam o mesmo setor no continente (CASTRO, 1976, p. 87). Também é interessante a posição dos Estados Unidos da América (EUA) e da Rússia, por acompanharem o assunto, mas nunca terem apresentado demandas territorialistas na região (FERREIRA, 2009, p. 33-34,37).

Toda a politização sobre o continente começou a ganhar um maior alinhamento a partir de 1952, com a organização do Ano Geofísico Internacional (AGI), um evento científico de grandes dimensões e repercussões, ocorrido de julho de 1957 até dezembro de 1958 (FERREIRA, 2009, p. 39).

Em 1958, na esteira do evento da AGI, os EUA convocaram os 11 países envolvidos em pesquisa Antártica para um fórum de discussões sobre o destino do continente, foi a Conferência de Washington, cujo resultado foi a assinatura, em 1959, do Tratado da Antártica (CASTRO, 1976, p. 101-102).

O Brasil, que aderiu ao Tratado em 1975 e que foi aceito como membro consultivo deste em 1983, detém a experiência de 38 anos de pesquisas

Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/artigos/as-grandes-navegacoes.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

³ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar>. Acesso em: 25 jun. 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1912-expedição-de-robert-falcon-scott-ao-polo-sul-termina-em-tragédia/a-782527>. Acesso em: 25 jun. 2020.

científicas na Antártica, entre as quais se destaca o esforço direcionado à questão climática. A inauguração da nova Estação Antártica Comandante Ferraz, no ano corrente, abrirá oportunidades para a ampliação dessas pesquisas.

Em 2012, por ocasião da atualização do documento Política Nacional de Defesa (PND)⁵, a Antártica foi inserida no contexto do “Entorno Estratégico Brasileiro”, conceituado como “[...] a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar [...]” (FIORI, 2013, p. 32). **A PND não indica os fatores que motivaram essa inclusão na versão de 2012, o que desperta o natural questionamento de quais aspectos teriam condicionado a tomada dessa decisão pelo Ministério da Defesa (MD), se o fora com influência da Marinha do Brasil, uma vez que se entende que a questão antártica é uma das atribuições dessa Instituição ou, até, influenciada por questões da Política Externa Brasileira (PEB).**

A identificação de uma potencial questão a ser estudada motivou esse esforço de pesquisa, que tem, como **objetivo geral final, analisar quais os importantes fatores levaram à narrativa da Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”, adotada em 2012, no texto da PND, bem como sua pertinência.** Traçaram-se, por conseguinte, os seguintes objetivos intermediários para o estudo: 1- apontar aspectos históricos do Continente Antártico; 2- definir o Sistema do Tratado da Antártica (STA); 3- descrever a relação do Brasil com a Antártica e o STA; 4- apontar as principais alterações na PND de 2012 em relação às suas versões anteriores, no que concerne à questão antártica; 5- definir o conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro” a ser considerado nas análises do presente estudo; 6- analisar a política externa brasileira e a política de Defesa Nacional entre 2003 e 2012; 7-analisar as implicações atuais na política externa brasileira e a política de Defesa Nacional, em virtude da inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”; e 8- identificar oportunidades de melhoria nessas políticas.

Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, **considerando-se então, inicialmente, como**

⁵ A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, coordenadas pelo Ministério da Defesa.

hipótese, que a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012 ocorreu por influência do contexto da PEB, junto ao MD.

Quanto ao método de procedimento adotou-se o histórico. Quanta à natureza da pesquisa, realizar-se-á uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e investigação documental, quando serão utilizadas fontes primárias, particularmente as originárias de atas das reuniões da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), fórum onde diferentes Ministérios e órgãos discutem as ações estratégicas da Política Nacional para os Recursos do Mar e do Programa Antártico Brasileiro, além de documentos do Ministério da Defesa, e fontes secundárias, trabalhos que tratam das questões “Conceito de Entorno estratégico”, da atuação brasileira na Antártica e sobre a PEB sobre a região.

O trabalho foi preliminarmente pensado segundo a seguinte divisão de seções:

- Na primeira seção tratou-se da questão do entorno estratégico, inicialmente, com uma contextualização sobre os aspectos econômico-sociais, de política externa brasileira e de política de Defesa Nacional, caracterizando-se o ambiente “Brasil” no período entre os primeiro e segundo mandatos de governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e primeiros dois anos do primeiro mandato da ex-Presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2012) e, a partir de então, analisou-se a sua conceituação propriamente dita, considerando-se os documentos estratégicos do MD (Política nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)) e outros conceitos pesquisados na busca da formação de um conceito único e detalhado; e

- Na segunda seção trataram-se os aspectos referentes à relação do Brasil com a Antártica e com o STA, analisando os possíveis fatores relevantes à inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o ponto de partida do estudo, foi trazido o conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”, como “[...] a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar [...]” (FIORI, 2013, p. 32).

Deste ponto, então, buscaram-se conceitos, definições ou metodologias, empregados por outros autores, que se correlacionam com o tema, como um todo ou em parte dele, e que permitissem a fundamentação do trabalho.

Para compor o entendimento do conceito de entorno estratégico, inicialmente se considera interessante trazerem-se alguns conceitos do General Golbery do Couto e Silva, extraídos de sua obra *Geopolítica do Brasil*, aqui, no caso, de sua tradução em espanhol, *Geopolítica del Brasil* (COUTO E SILVA, 1978). A princípio serão trazidos à composição da análise o conceito de **América do Sul e os hemisférios interior e exterior**, obviamente, considerando-se e se pesando este conceito em relação ao recorte histórico do momento da primeira edição, em português, do livro (1967), uma vez que a referência é uma tradução em espanhol da segunda edição, mas não uma atualização. No Conceito de **América do Sul e os hemisférios interior e exterior**, o General Golbery inicia dispendo uma projeção cartográfica, em cuja perspectiva o Brasil aparece centralizado, tendo: a leste, somente o Oceano Pacífico; alinhados ao sul, do mais próximo ao mais afastado, estariam a Antártica, a Austrália e a Nova Zelândia; ao norte, as Américas central e do Norte e, mais acima, Groenlândia; e a oeste, os Oceanos Atlântico e Índico e, após estes, o restante da massa de continentes (África e Eurásia).

A partir desse planisfério modificado, da costa pacífica da América do Sul, traça-se um primeiro hemisfério, de raio de 10.000 Km, que abarca toda a América central e os EUA, ao norte, o Oceano Atlântico e a África costeira Atlântica, a oeste e parte da Antártica, ao sul. A este hemisfério, denomina **interior** e diz que não se devem temer ameaças de países circunscritos a ele, por ausência de potencial agressão, pelo desbalanceamento dos poderes, e por acordos pan-americanos. O conceito continua, com o traçado de novo hemisfério, de 15.000 Km de raio. O **hemisfério exterior**, composto de três conjuntos de terras, o primeiro situa-se entre este e o hemisfério interior, com Canadá, Groenlândia, Europa e Rússia (toda a europeia e parcela asiática) e a região do Cáucaso, a parcela restante da África e o limite sul passando atrás da Antártica. Exatamente sobre o arco, onde se complementa com a

Índia e a Austrália. Entre o arco e o final do planisfério, China, Japão, Malásia, Indonésia e Filipinas, por exemplo. Segundo o General Golbery, deste hemisfério exterior poderiam surgir, a qualquer momento, ameaças perigosas. Segundo ele, dentro do conceito citado, “O hemisfério interior delimita, portanto, a fronteira decisiva de segurança sul-americana [...]” (COUTO E SILVA, 1978, p. 100-107, tradução nossa⁶).

Considerando-se que a PND tem a finalidade de assegurar a Defesa Nacional, sendo esta caracterizada como “[...] ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas [...]” (BRASIL, 2016b), contribuindo para a Segurança Nacional, a inserção da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, de certa forma, pode ser compreendida como um processo de securitização da região, conceito de Buzan, Wæver e Wilde (1998).

Trabalhando o conceito de securitização, Buzan, Wæver e Wilde (1998, p. 1-3) contrapõem-se à teoria tradicionalista de segurança, cuja visão é centrada nas Forças Armadas (FA) e no Estado, segundo eles, não mais se sustenta, principalmente com o fim da Guerra Fria. Os autores defendem que a agenda e os estudos de segurança devem estar abertos a considerar outras ameaças, que não as relacionadas à guerra e ao emprego da força. Desta forma, assuntos relacionados à economia, à sociedade e ao meio ambiente também seriam considerados para os estudos de segurança, no mesmo nível que aqueles relacionados à política e aos militares (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 4,8). Quando se questionam, no livro, quais características fazem de uma questão um problema de segurança nas relações internacionais, a resposta que emerge tem origem no entendimento político-militar tradicional de segurança, qual seja, a da existência de uma ameaça a alguém ou a alguma coisa (tradicionalmente seria ao Estado, ao território, à sociedade etc.). “A natureza especial de ameaças à segurança justifica o uso de medidas extraordinárias para lidar com as mesmas.” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 21, tradução nossa⁷). Ao serem ampliados os campos de análise de segurança, para além dos campos militar e político, cada campo (econômico, social ou do meio ambiente) terá o próprio

⁶ “*El hemisfério [sic] interior delimita, por lo tanto, la frontera decisiva de la seguridad sudamericana [...]*” (COUTO E SILVA, 1978, p. 107)

⁷ “*The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them.*” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 21).

objeto/alvo ao qual a existente ameaça se dirigirá, objetos/alvos nem sempre fáceis de serem identificados. Com esta análise ampliada, a gradação de um problema público qualquer variaria no espectro de não-politizado (o Estado não lida com o assunto e não há outra forma de debate público ou decisão a ser adotada), politizado (faz parte de uma política pública e o governo decidirá a forma e os recursos necessários para resolvê-lo), até securitizado (o problema representa ameaça e requer medidas emergenciais e justificadas ações além dos limites do processo político). Para a aceitação de uma narrativa de securitização relativa à determinada ameaça, é necessário que a população ou o público-alvo realmente tenha a percepção dessa ameaça (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23-25).

Alternando para um autor estudioso da questão antártica, o CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos publicou um artigo, na Revista da Escola de Guerra Naval, v.20, n.1, jan/jun 2014, com o Título: A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. Neste, ele expõe uma análise interessante, na medida em que relaciona a Antártica com dois dos objetivos nacionais de defesa: “[...] defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; [...] intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais [...]” (BRASIL, 2012c *apud* MATTOS, 2014, p. 180). Discorre, ainda que “Um continente antártico mantido dentro do previsto no Tratado de 1959, livre de conflitos ou instabilidades, vem ao encontro do que foi colocado na PDN, aumentando a segurança do Brasil.” (MATTOS, 2014, p. 179), aqui fazendo referência ao subitem 4.4 da PND 2012, “A segurança de um país é afetada pelo grau de estabilidade da região onde ele está inserido.”

3 O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Esta seção tratará do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”, por meio de uma contextualização dos cenários interno e externo do Brasil no período de 2003 a 2012, com um paralelo traçado através das expressões de PEB e de Defesa Nacional e dos aspectos econômico-sociais do Brasil no período em tela. Será, ainda, realizada uma análise textual comparativa entre as PDN/PND, identificando diferenças, alterações e atualizações marcantes na evolução dos mesmos, relacionadas ao “Entorno Estratégico Brasileiro”. Ao final, realizar-se-á uma primeira análise do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”, reunindo-se os aspectos depreendidos e comparando-se os conceitos presentes na literatura que possam guardar relação com o tema, em busca de uma conceituação mais ampla, que contribua com a continuação do estudo em questão.

Para que se traga uma orientação inicial ao estudo, na ausência de um conceito “militar” do termo “Entorno Estratégico Brasileiro”, uma vez que o mesmo não foi encontrado nas publicações do MD, utilizar-se-á o conceito apresentado por Fiori (2013, p. 32), que o entende como “[...] a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar [...].”

Em 2008, o Brasil era caracterizado, no Sistema Internacional⁸, por Pecequilo (p. 63), como uma Potência Regional nível II⁹, caracterização esta que guarda relação direta com a capacidade de projeção de poder e influência nos países vizinhos regionais no continente sul-americano. Uma influência extracontinental dependeria “da combinação do *hard* e *soft power*, somadas a [*sic*] sua estabilidade interna e à de sua região [...].” (PECEQUILO, 2008, p. 63). No contexto, Pecequilo (2008, p. 58) assim refere o *hard power*:

[...] aos recursos de poder tradicionais, passíveis de serem vistos e sentidos com facilidade, percebendo-se sua influência e importância na prática. Dentre os recursos que associamos ao *hard power* encontram-se o tamanho e a

⁸ Segundo Merle (1981 *apud* Pecequilo, 2008, p. 38), “Sistema Internacional (SI) é o meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais que se processam na esfera do internacional [...]”.

⁹ Pecequilo classifica os Estados em Superpotências (ou Potências Mundiais), Potências Regionais (níveis I e II) e de papel local (2008, p. 59-66). As Potências Regionais de nível I são definidas como “os países com projeção de poder limitada à escala regional, mas que ainda combinam com uma certa eficiência os recursos *hard* e *soft*.” Exemplos seriam França, Alemanha, Japão e Inglaterra (2008, p. 62). Por sua vez, as Potências Regionais de nível II têm “[...] projeção em escala regional, mas sem o potencial desenvolvimento daqueles de Nível I.” (2008, p. 63)

geografia de um país, [...] a população de um Estado, referente a [sic] sua organização interna e estabilidade, estado de preparação militar, recursos naturais e matérias-primas e, por fim, a capacidade industrial instalada.

O *soft and cooptive power* segundo Pecequillo (2008, p. 59), “relaciona-se ao poder do convencimento e das idéias [sic], sendo suas principais fontes o desenvolvimento econômico, o conhecimento e tecnologia, a ideologia e a cultura.” Nye (2004 apud DUARTE, 2012, p. 503) aponta que o “Soft power é mais do que apenas persuasão [...]: é um poder de atração”, que disporia de três recursos do soft power: “[...] **sua cultura** (em lugares onde esta se torna atrativa para os outros), seus valores políticos (quando correspondidos internamente e no exterior) **e suas políticas externas** (quando vistos no exterior como legítimos e com autoridade moral).” (NYE, 2011, p. 84, tradução nossa¹⁰, **grifo nosso**).

A combinação do *soft* e do *hard power* citada por Pecequillo (2008) é chamada de *smart power*, um conceito apresentado pela primeira vez pela Cientista Política estadunidense Suzanne Nossel, em 2004, num artigo da Revista Foreign Affairs (MEDEIROS; PINTO, 2014, p.4).

Herz (2011 apud CARVALHO, 2017, p. 3) afirma, por sua vez, que:

A postura brasileira no plano internacional é baseada no lícito pressuposto de ser o País uma potência emergente, dotada de limitado *hard power*. Dessa forma, o Brasil se enquadra no rol de atores que buscam utilizar os recursos de *soft power* e/ou *smart power* para a condução estratégica de sua política externa, objetivando a crescente inserção internacional nas questões afetas à segurança e, de forma concomitante, o aumento de sua influência no cenário global. As mencionadas condicionantes integram os eixos estruturantes da PEB.

O Brasil, então, para buscar uma consistente projeção no cenário internacional, se assim almejado, antes de mais nada, deve priorizar, fundamentalmente, a estabilidade interna e a regional. Para se atingir uma estabilidade interna, é primordial o desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, para uma estabilidade regional, muito contribuem as ações Diplomáticas, conduzidas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e as ações de Defesa Nacional, conduzidas pelo Ministério da Defesa (MD), sendo que ambas devem estar alinhadas e convergentes, ainda que dicotômicas.

Durante o período dos dois mandatos do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2010) e dos dois primeiros anos do governo da

¹⁰ “[...] its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when others see them as legitimate and having moral authority).” (NYE, 2011, p. 84).

ex-Presidente Dilma Vana Rousseff (2011 e 2012) foram incentivadas diversas políticas econômico-sociais. Além disso, houve um esforço conjunto entre o MRE e o MD em busca de alinhamento entre a PEB e a política de Defesa Nacional (OKADO, 2011, p.12; LIMA, 2010 *apud* GONÇALVES, 2017, p. 10), facilitado pelo fato de o ex-Chanceler Celso Amorim ter sido Ministro de Relações Exteriores do governo Lula e Ministro da Defesa do período citado da ex-Presidente Dilma (GONÇALVES, 2017, p. 12).

Quando se refere à política, no contexto acima, deve-se entender como a “[...] arte de fixar objetivos e orientar o emprego dos meios necessários à sua conquista.” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 42).

Quanto à política externa, pode ser compreendida segundo quatro funções:

[...] 1) facilitar a comunicação entre os líderes dos Estados e de outras entidades participantes da política mundial; 2) negociar acordos, de maneira a atenuar as hostilidades entre as nações; 3) coligir informações a respeito dos países estrangeiros; e 4) minimizar os atritos nas relações internacionais, dada as diferenças entre os países, cada um com seus valores, preocupações, preconceitos e sensibilidades.” (BULL, 2002 *apud* OKADO, 2011, p. 2).

Após considerados os conceitos de política e de política externa, volta-se ao campo da defesa, aonde uma política de Defesa Nacional é aquela que “tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação e, também, orientar o preparo e o emprego do Poder Nacional, com o envolvimento dos setores civil e militar.” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2015, *apud* ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 155).

Na conjuntura anteriormente citada (período de 2003 a 2012), o MD mobilizou-se para formalizar documentos estratégicos da Defesa Nacional, que permitissem às FA orientações perenes e chanceladas pelo governo e pela sociedade, em total correlação com a PEB.

Um ponto de intersecção fundamental a ser determinado entre a PEB e a política de Defesa Nacional é a área de interesse de atuação do país no exterior. Neste contexto, foi trabalhado na política de Defesa Nacional um novo conceito, que vem sendo alterado, seja na própria expressão usada para significar tal área, seja na sua extensão. Desta forma, com o documento Política de Defesa Nacional (PDN) de 2005 surge a expressão “Entorno Estratégico Brasileiro”. (BRASIL, 2005)

Partindo-se do conceito de Fiori, citado no início da Seção, passa-se a analisar os aspectos econômico-sociais, de diplomacia (PEB) e militares (Defesa Nacional) no

período em questão, bem como seus reflexos na evolução do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”.

3.1 Campos econômico e social

Em termos econômicos, **o mundo ainda se encontrava em recuperação pós-crise financeira de 2008**, assim caracterizada por Oreiro (2011):

Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário [...]. O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em socorrer a instituição. [...] resultou num aumento significativo da sua preferência pela liquidez, principalmente no caso dos bancos comerciais. O aumento da procura pela liquidez detonou um processo de venda de ativos financeiros em larga escala, [...] e contração do crédito bancário para transações comerciais e industriais. A “evaporação do crédito” resultou numa rápida e profunda queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo.

Segundo SINGER (2009, p. 93), essa crise alcançou o Brasil na forma de evasão de divisas, queda das exportações e do crédito externo e aumento dos juros bancários, acarretando uma contração do mercado interno e maior desemprego. **No suporte a essa situação, o governo do ex-Presidente Lula valeu-se, à época, de diversas medidas econômicas e de desembolsos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**¹¹, estes últimos de importante contribuição para a manutenção do crescimento econômico do país em 2008 (BNDES, 2008, p. 10, 14), embora com período de recessão no último trimestre.

Em 2009, passada a recessão que se fez presente no seu primeiro trimestre, ainda que a economia tenha registrado um Produto Interno Bruto (PIB) negativo (retração de 0,2%), **obteve um dos melhores desempenhos entre os países do G-20**¹², de acordo com o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República (Exercício de 2009) do Tribunal de Contas da União (TCU, 2009, p. 15).

Já o ano de 2010, o país apresentou um crescimento de 7,5% em relação à 2009, demonstrando uma **recuperação da economia, muito superior ao dos EUA (2,8%) e ao da União Europeia (1,7%)**, inferior apenas ao da China (10,3%) e ao da

¹¹ Relatório Anual BNDES, 2008, p. 10. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/927/4/RA2008_final_BD.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

¹² O Grupo dos 20 (G-20), criado em 1999, é o principal mecanismo de governança econômica mundial. Juntos, os países do grupo representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio internacional e dois terços da população mundial. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>. Acesso em: 6 mai. 2020.

Índia (8,3%), de acordo com o IBGE¹³. O PIB de R\$ 3,675 trilhões foi atrelado ao crescimento no Setor Industrial, seguido da Agropecuária e do Setor de Serviços. No Setor Industrial, o destaque se deveu às empresas extrativistas de minério de ferro, petróleo e gás¹⁴. O Setor Agropecuário apresentou uma safra de cereais, leguminosas e oleaginosas recorde, com crescimento de 11,6% em relação a 2009, impulsionada, principalmente, pela produção de soja (acréscimo de 20,2%). Este desempenho refletiu-se, também, num recorde das exportações do agronegócio brasileiro¹⁵.

Falando-se sobre as questões sociais do período do governo do ex-Presidente Lula, apresentava-se uma série de ações, como o programa “Fome Zero”¹⁶, o programa de transferência de renda, conhecido como “Bolsa-Família”, a continuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o programa para levar energia elétrica à população rural, o “Luz para Todos”, o ProUni, “Programa Universidade para Todos”¹⁷, o programa “Minha Casa, Minha Vida”, entre outros. Entretanto um dos fatos mais destacados, dentre os aspectos sociais do Brasil em 2010, foi a queda na taxa de desemprego, que atingia o nível mais baixo desde 2003, somada ainda a um maior rendimento médio real, se comparado a 2009, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁸. Todos estes aspectos alavancaram a popularidade do Governo, particularmente a partir de 2008¹⁹ e certamente trouxeram um sentimento de prosperidade.

O governo da ex-Presidente Dilma, por sua vez, no campo econômico, iniciou o ano de 2011 ainda refletindo as medidas de restrições, com a finalidade de conter a inflação, adequar o crescimento econômico e desacelerar a velocidade de expansão do crédito bancário, buscando equalizar as medidas expansionistas, adotadas em 2009 e 2010 para combater a crise de 2008 (BARBOSA, 2013, p. 84, 85). Uma vez que EUA, União Europeia e China não apresentaram o crescimento esperado em

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/economia-brasileira-cresce-75-em-2010-mostra-ibge.html>. Acesso em: 12 mai. 2020.

¹⁴ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/03/03/economia-brasileira-tem-maior-crescimento-desde-1986.htm>. Acesso em: 12 mai. 2020.

¹⁵ <https://www.canalrural.com.br/noticias/exportacoes-agronegocio-brasileiro-2010-registram-novo-recorde-18258/>. Acesso em 12 mai. 2020.

¹⁶ <http://memorialdademocracia.com.br/card/combate-a-fome-entra-na-agenda-nacional>. Acesso em: 7 jul. 2020.

¹⁷ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-os-principais-programas-sociais-do-governo-lula,130446>. Acesso em: 13 mai. 2020.

¹⁸ <https://veja.abril.com.br/economia/taxa-de-desemprego-em-2010-e-a-menor-em-oito-anos/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

¹⁹ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 13 mai. 2020.

2011, surgiu nova incerteza no cenário econômico internacional, a qual, somada às medidas restritivas adotadas no Brasil, impactou o PIB brasileiro em 2011 e 2012, que, mesmo com as medidas subsequentes adotadas nos campos monetário e fiscal, teve menor crescimento em relação a 2010, com a economia do país só voltando a acelerar em 2013 (BARBOSA, 2013, p. 86).

Os dois primeiros anos do Governo da ex-Presidente Dilma, no campo social, apresentaram, como principais aspectos, o aumento do valor das transferências de renda para famílias com crianças e adolescentes, a continuação do “Minha Casa, Minha Vida” e o programa de incentivo ao ensino técnico e à qualificação da mão de obra (Pronatec) (BARBOSA, 2013, p. 88).

Entende-se, então, que no período de 2003 a 2012, particularmente entre 2003 e 2010, o clima de euforia e de desenvolvimento no ambiente econômico-social do país, classificado como a sétima maior economia do mundo²⁰, era terreno fértil para o ideário de projeção desta prosperidade para a América Latina e além-mar. O trecho reproduzido a seguir do ex-Ministro da Defesa Celso Amorim corrobora o que se afirma: “[...] para um país em desenvolvimento como o Brasil, o progresso social e econômico necessariamente passa pela reversão dos obstáculos externos ao crescimento e pela projeção do país no mundo.” (AMORIM, 2014, p. 2).

A mesma narrativa encontra-se no trecho do discurso do ex-Ministro de Relações Exteriores do mesmo período de governo da ex-Presidente Dilma, Antonio de Aguiar Patriota:

Um mundo cada vez mais permeável à participação de novos atores encontra, assim, um Brasil em melhores condições de participar. As mudanças por que temos passado internamente oferecem suporte para uma presença internacional mais forte. (PATRIOTA, 2016, p. 21).

3.2 A política externa brasileira

O ex-Presidente Lula imprimiu duas características à PEB durante seu mandato: **a proatividade e a diplomacia presidencial**, essa última definida por Danese (2017, p. 67) como “[...] a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente”. Era uma política calcada em quatro eixos fundamentais: a América do Sul, como prioritária, a África

²⁰ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 18 ago. 2020.

Ocidental (chamada antiga fronteira), a Ásia, como novo centro dinâmico da economia mundial e a Europa e a América do Norte, ainda como parceiros relevantes do Brasil²¹.

Considerando a prioridade conferida à América do Sul, como expresso acima, já no primeiro ano de seu mandato (2003), o ex-Presidente Lula visitou praticamente todos os países da América do Sul, com exceção de Chile, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Departamento da França), sendo esses últimos visitados nos anos seguintes²².

Adotaram-se instrumentos de alianças e financiamentos em apoio à consecução do objetivo de integração regional traçado para essa PEB.

Neste contexto foi constituída, em 2004, a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), cujo propósito era integrar o Mercosul, a Comunidade Andina das Nações (CAN) e o Chile, a Guiana e o Suriname nos campos político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, buscando uma maior representatividade da América do Sul nos foros internacionais (FUNAG, 2005, p. 15,16). A Casa teve a nomenclatura substituída, em 2008, para União das Nações Sul-Americanas (Unasul), mantida a proposta inicial de “[...] atuar como organismo promotor da integração regional [...]” (LANDAU, 2010, p.17). O continuado Mercosul, que em 2003 passou a incorporar uma maior ênfase social e política, ainda que pouco expressivo no período de 2003 a 2012, manteve sua importância, se considerada a ampliação na quantidade de temas convergentes e no aprofundamento e na abordagem dos temas levados aquele fórum (DESIDERÁ NETO, 2015, p. 5 e 23).

Ambos Mercosul e Unasul formataram as bases para o adensamento da integração sul-americana até 2010²³. Essa estrutura de integração regional teve a colaboração fundamental do emprego do BNDES, em especial por meio de internacionalização de empresas multinacionais brasileiras, as quais passaram a atuar de maneira bastante expressiva na aquisição de outras empresas sul-americanas, além de participação em obras de infraestrutura na América do Sul (DEOS; WEGNER, 2010, p. 82-83).

²¹ <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/clientes/balanco/balanco/insercao-no-cenario-mundial-e-soberania>. Acesso em: 6 mai. 2020.

²² <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato> e <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato>. Acesso em 12 jul. 2020.

²³ <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/clientes/balanco/balanco/insercao-no-cenario-mundial-e-soberania>. Acesso em: 6 mai. 2020.

Trabalhada a prioridade de integração do ambiente regional, paralelamente houve espaço para que se direcionasse a PEB para além do Continente.

Nesse movimento extracontinental da PEB, cabe, primeiramente, ressaltar a relação com a ONU, Organismo Internacional Governamental de atuação global e propósito abrangente (PECEQUILO, 2008, p. 68), a qual era importante para o Brasil, muito por conta do interesse na reivindicação de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

O período mostrava-se favorável ao pleito, uma vez que houve a eleição do Brasil para ocupar um assento não-permanente no CSNU para o biênio 2010-11 passado (segunda vez no período do governo do ex-Presidente Lula, fato que já havia ocorrido no biênio 2004-05)²⁴. Também favorecia o pleito brasileiro a expressiva participação continuada de tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004, inclusive com um Oficial-General do Exército Brasileiro como Comandante do Componente Militar da Missão (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 29-30).

Relaciona-se também a participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano, a partir de 2011, com um navio da Marinha do Brasil, sendo o comando da Força por parte de um Almirante da Marinha do Brasil, o que, outra vez, expressava a manifestação de comprometimento do país, e como não dizer, do Governo Brasileiro da época com a ONU (VIOTTI; DUNLOP; FERNANDES, 2014, p. 336).

Mesmo com esses fatores favoráveis, era necessário o apoio de outros países. Para este fim, além de objetivos comerciais, o Brasil engajou-se em outros fóruns internacionais. Entre eles releva comentar-se sobre os fóruns IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o G-20 e a CPLP.

O IBAS compreende um Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul, criado em 2003, para um posicionamento conjunto, por meio de cooperação política, de cooperação setorial e com outros países, a respeito dos temas da Agenda Internacional. Uma de suas expressões se dá por meio do Fundo IBAS, “[...] destinado

²⁴ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091015_brasilconselhoonu_bg. Acesso em: 12 mai. 2020.

a projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo” (BRASIL, 2020k). O Fórum é de grande relevância ao Brasil, em função do apoio político que se pode obter da Índia e da África do Sul em sua pretensão ao o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (BARROS, 2013, p. 207).

Outro importante fórum onde se expressou a PEB durante o Governo do ex-Presidente Lula foi o BRICS, não como conceito “BRICs”²⁵, mas como agrupamento efetivo em termos de política externa dos países Brasil, Rússia, Índia e China, a partir de 2006, e África do Sul, a partir de 2011²⁶.

É importante salientar que, embora os países do IBAS também pertençam ao BRICS, há discussões e níveis de cooperação diferentes, especialmente no campo de Defesa, como bem expressou o ex-Ministro de Relações Exteriores e ex-Ministro da Defesa Celso Amorim, em palestra na Escola Superior de Guerra em 2015:

No IBAS há, digamos, um grau maior de afinidade e talvez por não haver também nenhuma fronteira entre nenhum dos países, nenhum vê o outro como ameaça; dessa forma, uma eventual cooperação militar entre os três é mais fácil do que uma cooperação militar entre os cinco. [...] Entre os países do BRICS não é possível conseguir o mesmo tipo de cooperação. (AMORIM, 2015, p. 15).

O G-20, ou G-20 Financeiro, surgiu, em 1999, de um agrupamento do chamado G8 (EUA, Canadá, Japão, Alemanha, Itália, França, Reino Unido e Rússia) com a União Europeia e mais 11 países (Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia), formando um fórum de discussões, das quais também participam organizações internacionais, como ONU, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), originalmente atendido pelos ministros de finanças e chefes de Bancos Centrais dos países/blocos envolvidos (VEJA, 2012). Em 2008, com a grave crise financeira mundial, ganhou maior relevância, tornando-se a “Cúpula do G20”, fórum central para a cooperação econômica internacional. (VEJA, 2017).

²⁵ A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 6 mai. 2020.

²⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Outra prioridade da PEB diz respeito à intensa busca de aproximação com países da África, que compreendeu uma maior aproximação com os países integrantes da CPLP, por motivação histórico-cultural, de difusão da língua portuguesa, de questões de cooperação econômica e também na busca de mais apoiadores e de maior influência em suas reivindicações junto à ONU (GALA, 2014 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 43), além de outros do continente (AMORIM, 2015, p 7). O ex-Presidente Lula, no período que abrange seus dois mandatos, visitou 20 países²⁷ e, por inúmeras vezes, destacou a importância para o Brasil da cooperação com esses países. Durante discurso proferido em 2003, na Assembleia-Geral da ONU, onde afirmou que o Brasil era “[...] com muito orgulho, o país com a segunda maior população negra do mundo.” Destacou, também, que visitaria “[...] cinco países da África Austral, para dinamizar nossa cooperação econômica, política, social e cultural.” (LULA DA SILVA, 2003 *apud* CORRÊA (org.), 2012, p. 842).

Esse movimento da PEB de estreitamento das relações internacionais com os países da África, além das questões políticas, trouxe influência nos aspectos econômicos. De acordo com Pereira e Barbosa (2012 *apud* GOLDONI; CIRIBELLI, 2016, p. 207):

Com o desenvolvimento da cooperação entre o Brasil e os países africanos, houve uma forte expansão dos atrativos empresariais para esse continente, seja a partir de investimento direto, financiamentos ou doações. No âmbito de defesa, a situação não foi diferente, e notou-se um aumento relativo da presença de empresas brasileiras de equipamentos militares na África, muitas em parceria com o governo.

Assim resumiu o ex-Chanceler Celso Amorim, em discurso na LXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, no ano de 2010, a diplomacia brasileira durante os dois mandatos do ex-Presidente Lula:

[...] uma diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade. (AMORIM, 2010 *apud* CORRÊA (org.), 2012, p. 969).

Já nos anos de 2011 e 2012, momentos iniciais do Governo da Ex-Presidente Dilma, embora mantidas algumas diretrizes da PEB traçadas no governo anterior, perde-se impulso no cenário internacional, tornando-se uma política mais reativa

²⁷ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato> e <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato>. Acesso em 12 jul. 2020.

(OLIVEIRA et al., 2015, p. 3). Somente como exemplo, foram visitados apenas três países na África nos dois primeiros anos de seu mandato, sendo seis países africanos visitados no total²⁸, o que representa muito pouco frente ao seu antecessor.

Durante as Administrações Lula e Dilma, mais enfaticamente a do ex-Presidente Lula, pode-se afirmar que o esforço em exercer influência em países da África, a participação nos diversos fóruns internacionais e a participação do Brasil na MINUSTAH, principalmente, foram pontos de apoio criados pela PEB, mesmo que indiretamente, que reforçavam, no período, uma plataforma de eleição do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Esse contexto da PEB pode ter sido um dos fatores de influência da formulação do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”, quanto à inclusão de países africanos, e torna as narrativas das duas políticas, a externa e a de defesa, coerentes e alinhadas, conforme até se depreende de outra fala do ex-Presidente Lula, novamente dirigida à Assembleia-Geral da ONU, em 2004, “É fundamental continuar **desenhando uma nova geografia econômica e comercial**, que [...] **crie sólidas pontes entre os países do Sul [...].**” (LULA DA SILVA, 2004 *apud* CORRÊA (org.), 2012, p. 858, **grifo nosso**).

3.3 A política de Defesa Nacional

A política de Defesa Nacional está traduzida em um documento que condiciona o mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, coordenadas pelo Ministério da Defesa (BRASIL, 2016d, item 1), o documento Política Nacional de Defesa (PND). Entende-se Defesa Nacional como:

[...] o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2015 *apud* ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 153).

No período de 2003 a 2012, não só o documento Política Nacional de Defesa (PND), originalmente denominado Política de Defesa Nacional, mas também outros dois documentos estratégicos da Defesa Nacional, a saber, a Estratégia Nacional de Defesa (END), que trata da reorganização e reorientação das FA, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do

²⁸ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais>. Acesso em: 12 jul. 2020.

Exército e da Aeronáutica (BRASIL, 2016b); e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), documento de caráter público, que permite o acesso aos dados das FA a compreensão do contexto da Estratégia de Defesa Nacional (BRASIL, 2010a, art. 9º, § 1º), foram bastante trabalhados.

Historicamente, em termos de legislação, já se contava, desde 1996, então no governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com uma política de Defesa Nacional, expressa em documento de mesmo nome (PDN), a qual fora substituída em 2005, por meio do Decreto nº 5.484/2005, trazendo-se algumas características de diferenciação, especialmente em vista de: a versão de 2005 ter sido elaborada após a criação do Ministério da Defesa; por apresentar um detalhamento maior de conceitos, como os de Estado, Segurança e Defesa; e de incluir uma perspectiva de ambiente internacional globalizado, com aspectos pontuais relativos às questões ambientais. A partir de então, foram assinados e ratificados, respectivamente, somente no período de 2003 a 2012, a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, as revisões (PND e END) de 2012 (sendo que a Política fora alterada para Política Nacional de Defesa) e o lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) de 2012. Mais recentemente, fora do recorte temporal do presente estudo, houve a revisão dos três documentos (PND, END e LBDN) em 2016 e o encaminhamento, em 2020, da proposta de revisão dos mesmos, seguindo um calendário pré-determinado de revisão a cada 4 anos (BRASIL, 2010a, art. 9º, § 3º).

A primeira PDN (1996) não tratava de “entorno estratégico”, mas sim trazia a expressão “espaço regional”, ao que definia como aquele que “extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também, o Atlântico Sul (BRASIL, 1996, subitem 2.7).

Na PDN de 2005, surge, de forma inédita, a expressão “entorno estratégico”, sendo caracterizado como aquele que “extrapola a massa do subcontinente e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países liminhos da África.” (BRASIL, 2005, subitem 3.1, grifo nosso). Percebe-se, nesse trecho em particular, que a PDN 2005 amplia e diversifica a área de interesse brasileiro, deixando de ser restrita à América do Sul. Isso indica uma coerência e um condicionamento da PDN por parte de uma orientação da PEB que, à época, visava a maior inserção do País no contexto internacional, e tinha os países da África como foco contínuo de discursos na ONU, por parte do ex-Presidente Lula

ou do ex-Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, que apresentavam a disposição do Brasil em apoiar o desenvolvimento dos mesmos.

Para a revisão de 2012, em que foi alterada a nomenclatura da PDN, que passou a ser denominada Política Nacional de Defesa (PND), a expressão “entorno estratégico” foi mantida, porém houve nova alteração de sua dimensão espacial, sendo agora visualizado como aquele que “[...] extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países liminhos da África, assim como a Antártica.” (BRASIL, 2012c, subitem 4.1, **grifo nosso**) (Figura 1).

Figura 1 – Entorno Estratégico Brasileiro da PND 2012.



Fonte: Autor.

Ainda que fora da moldura temporal proposta, mas como elemento que pode auxiliar nas conclusões do estudo, mais duas revisões da PND ocorreram: uma em 2016, já ratificada (2018), e uma no corrente ano, que se encontra em apreciação no Congresso Nacional²⁹. Em ambas, mantém-se firme presença da expressão “entorno estratégico”. Já em termos de área, cabe ressaltar a alteração realizada, qual seja,

²⁹ LBDN 2020 encaminhado para apreciação do Congresso Nacional em 22 de julho de 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional. Acesso em: 18 ago. 2020.

onde se lia “países limdeiros da África”, agora se lê “**países da costa ocidental africana**” (BRASIL, 2016d, subitem 2.1.6, **grifo nosso**).

Para ser traçado, então, o ambiente relativo à Defesa Nacional e seus aspectos principais no período do estudo, o espaço do entorno estratégico será ora dividido, ora conjugado, considerando-se como subgrupos: América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África e Antártica. Particularmente a Antártica será analisada em seção própria.

Quanto à América do Sul, foi relevante, no âmbito da Unasul, a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), em dezembro de 2008, com os objetivos de “[...] consolidação da América do Sul como zona de paz, a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional na área.” (ABDUL-HAK, 2013, p. 26).

Mesmo com divergências iniciais, **o CDS mantém-se como importante instrumento como fórum de diálogo para solução de controvérsias político-militares regionais e por discutir uma agenda de Paz e Segurança de identidade própria**. Considerando-se o Brasil um dos principais *players* do Conselho, até por ter sido seu mentor e impulsionador, a sua consolidação será proporcional à articulação entre a PEB e a PND (ABDUL-HAK, 2013, p. 240, 242). Também cabe destacar que o CDS se mantém, mesmo com enfraquecimento da Unasul, diante das denúncias do Brasil, da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Paraguai e do Peru em 2020³⁰.

Quando se refere aos países limdeiros (ou à costa ocidental, na PND 2016 e 2020) da África, fica claro que a influência da PEB na política de Defesa Nacional, e vice-versa, no período em estudo, não ficou restrita à elaboração de documentos estratégicos. As FA colaboraram para a aproximação com os países africanos, conforme afirmam Pereira e Barbosa (2012 *apud* GOLDONI; CIRIBELLI, 2016, p. 207):

[...] o governo brasileiro tem atuado junto às Forças Armadas para a capacitação de militares em vários países africanos, entre eles Angola e África do Sul. O resumo de projetos indica que a cooperação Sul-Sul em defesa é bastante diversificada, acionando diferentes setores das Forças Armadas no desenho e na implementação de programas de treinamento, fornecimento de armas e equipamentos, colaboração em pesquisa –

³⁰ <https://www.dw.com/pt-br/brasil-oficializa-sa%C3%ADda-da-unasul/a-48348335>. Acesso em: 31 jul. 2020.

sobretudo levantamentos da plataforma continental, projetos de ciência e tecnologia e exercícios bilaterais ou multilaterais.

A esse respeito, cabe destacar a fala do ex-Ministro Celso Amorim: “Uma **política de defesa inteligente** não pode deixar de lado a vertente da **cooperação**. A referência fundamental da ação nessa vertente é o **entorno estratégico do Brasil**.” (AMORIM, 2016, p. 310, grifo nosso). Nesse sentido de cooperação, importa destacar alguns exercícios militares conjuntos realizados entre as FA brasileiras e as dos países da América do Sul e da África, como:

ATLASUR (com a participação da África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai), FELINO (integrada pelos países da CPLP), IBSAMAR (entre a Índia, Brasil e África do Sul); [...] BOGATUN (Chile e Brasil); BRAPER (Peru e Brasil); FRATERO (Argentina e Brasil); BRACOLPER (Brasil, Colômbia e Peru); e VENBRAS (Venezuela e Brasil). (SOUSA, 2013, p. 533).

Conjugando-se parte dos países sul-americanos (Brasil, Argentina e Uruguai), os países da costa ocidental da África (subsaariana) e o Atlântico Sul como cenário, ainda neste contexto de expansão da PEB e de sua interseção com a política de Defesa Nacional, tem-se o espaço geográfico semelhante ao da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)³¹, instrumento de cooperação que visa o desenvolvimento social e econômico, a proteção ambiental, a conservação dos recursos vivos e a paz e a segurança da região como um todo (ONU, 1986). Na década de 1990, houve um período de enfraquecimento e perda de relevância da ZOPACAS. Na VI Reunião, em Luanda (Angola), no ano de 2007, teve início um movimento de revitalização (PIMENTEL, 2016, p. 129).

É interessante apontar que os 21 países africanos que pertencem à ZOPACAS são, coincidentemente, os mesmos da costa ocidental da África subsaariana, desde o Senegal até a África do Sul³², lembrando-se que a “costa ocidental da África” é parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”, conforme as PND 2016 e 2020.

No período de 2003 a 2012 ficou, portanto, evidente a interação entre a PEB e a política de Defesa Nacional, relação esta que o ex-Ministro Celso Amorim trazia

³¹ A Resolução nº 41/11 de 1986, da Assembleia Geral das Organização das Nações Unidas, declarou o Oceano Atlântico, na região entre a África e a América do Sul, é uma “Zona de paz e cooperação do Atlântico Sul”. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/41/11>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

³² <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 13 jul. 2020.

para o conceito de “Grande Estratégia”³³, no qual, sob o enfoque do MD, era relevante destacar:

[...] a lógica da **coordenação entre diferentes órgãos de Estado** com vistas à **proteção da soberania do Brasil e à sua projeção pacífica no mundo**. Nesse sentido, **Defesa e Relações Exteriores**, militares e diplomatas, são os **responsáveis mais diretos pela execução dessas tarefas**. Mas elas se realizam sobre a base de **fatores econômicos, sociais e culturais**. Sem a participação intensa da área de Ciência e Tecnologia uma grande estratégia brasileira não será bem-sucedida. (AMORIM, 2016, p. 133, **grifo nosso**).

3.4 Análise inicial do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”

Conforme citado no início da Seção, são raros os esforços de conceituar “Entorno Estratégico” Brasileiro, muito embora a expressão figure na PND, que é um documento de alto nível e que orienta outros documentos nacionais.

Porém, mesmo antes de ser cunhada a expressão “entorno estratégico”, o conceito de uma área externa de interesse nos campos político, militar ou econômico já existia.

O General Golbery do Couto e Silva trouxe, em 1967, a ideia de um planisfério modificado da costa pacífica da América do Sul, com uma perspectiva em que o Brasil aparece centralizado, a partir do qual são traçados raios que delimitam setores, batizados de “hemiciclos” interior e exterior (Figura 2).

Esse conceito de hemiciclos foi elaborado pelo General Golbery com o objetivo de propiciar uma ferramenta de análise dos aspectos Segurança e Defesa, atrelados às possíveis ameaças externas vislumbradas por ele, à época.

O hemiciclo interior, segundo o próprio, abrange a América do Sul e a Central como um todo, grande parte dos EUA, parte do Canadá, o Oceano Atlântico, a costa ocidental da África e parte da Antártica e “[...] delimita, portanto, a fronteira decisiva de segurança sul-americana [...]”³⁴.” (tradução nossa). Por sua vez, o hemiciclo exterior, que abarca a outra parte do planisfério, era considerado, pelo General Golbery, como origem das possíveis ameaças perigosas à América do Sul. (COUTO E SILVA, 1978, p. 100-107).

³³ De um modo genérico, grande estratégia é definida como a correspondência entre os meios e as finalidades políticas de um Estado nos planos interno e externo. (AMORIM, 2016, p. 133).

³⁴ “[...] delimita, por lo tanto, la frontera decisiva de la seguridad sudamericana [...]” (COUTO E SILVA, 1978, p. 107).

conceitos que, em termos de espaço geográfico, muito se aproximam do que se convencionou como “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012, inclusive com menção à Antártica.

Voltando-se à questão da conceituação, em termos apenas de significados, tem-se que o substantivo masculino “entorno” traduz aquilo “Que circunda ou rodeia; que está ao redor de algo [...]”³⁵. Este significado é condizente com o conceito da expressão “entorno estratégico”. Com relação ao significado da palavra “estratégico”, primeiro se observa que a Escola Superior de Guerra (ESG) considera que “estratégia” é “A arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar os objetivos, superando os óbices de toda ordem.” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2015 apud ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 46). Trazendo-se esses conceitos para a realidade do presente estudo, pode-se, então, considerar que o “entorno estratégico” de um país é a área circundante na qual esse país aplica seu poder, para conquistar e preservar seus objetivos.

Outro autor que conceituou o “entorno estratégico” foi Domingos Neto (2016, p.20), que o apresenta como uma faixa de segurança cuja dimensão será proporcional à capacidade militar e à vontade de uma potência. Esse conceito é mais relacionado à Defesa Nacional e à política externa, deixando aspectos econômicos em um segundo plano. Quando relaciona a dimensão com a capacidade militar de uma potência, intrinsecamente estabelece relação entre a capacidade militar e a delimitação espacial do entorno estratégico.

Traz-se, ainda, novamente, para compor a análise, **o conceito de Fiori (2013, p. 32, grifo nosso), como “[...] a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar [...]”**

Percebe-se que a questão do poder de um país e da projeção desse poder por meio dos campos político, econômico e militar, por exemplo, em áreas externas de interesse permeiam a maioria dos conceitos citados.

Esse poder de um país, expresso em diferentes campos de atuação, caracteriza o Poder Nacional, assim definido pela ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG):

³⁵ ENTORNO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entorno/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar os objetivos nacionais. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científica e tecnológica. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 33).

Iniciando-se a análise, identificar-se-á a relevância da influência na relação dialética entre as expressões econômica, de PEB e de política de Defesa Nacional e cada um dos quatro subgrupos constantes na PND, a saber, América do Sul, Atlântico Sul, países liminhos da África e Antártica. A questão antártica será estuda em particular na seção seguinte.

Em termos de influência econômica, o Brasil relaciona-se de forma diferente com os países da América do Sul e com os da África. Na América do Sul, por questões de proximidade e de fronteiras terrestres, além de acordos do Mercosul e da Unasul, existe uma forte influência do Brasil, que se posiciona como parceiro preferencial ou como um dos maiores parceiros no comércio exterior com seus vizinhos, embora já se apresente concorrência bastante acentuada dos EUA e da China. De modo contrário, em relação aos países liminhos da África, o Brasil não figura nem entre os cinco principais parceiros comerciais, seja de exportação ou de importação, de nenhum dos 21 países, significando baixíssima influência econômica³⁶. Há que se ressaltar, porém, que foi dentro do recorte temporal do estudo, de 2003 a 2012, o surgimento da expressão do “Entorno Estratégico Brasileiro” na PND, período em que se buscou uma intensa aproximação com os países africanos, com diversas construtoras brasileiras trabalhando em obras de infraestrutura na região, inclusive com financiamentos pelo BNDES, como visto anteriormente, o que sintetiza, de certa forma, representa a influência econômica do Brasil.

No que tange à PEB propriamente dita, existem relacionamentos histórico-culturais e acordos significativos, tanto com os países sul-americanos (Mercosul e Unasul) quanto com os africanos (CPLP, BRICS, IBAS e ZOPACAS).

Ainda nesse campo da PEB, agora em relação ao quesito de representatividade em Organismos Internacionais, onde o Brasil se apresenta como potencial liderança ou o porta-voz de reivindicações de blocos de países emergentes, pode-se dizer que a mesma é bem aceita no âmbito da CPLP, onde o Brasil “[...] representa cerca de mais de 80% da população total da Comunidade e em torno de 70% de suas FA, tendo a economia e o território mais pujantes e incomparavelmente

³⁶ *Reports*. Disponível em: <https://oec.world/>. Acesso em: 1 ago. 2020.

maiores.” (PRAZERES, 2019). O mesmo não se pode afirmar em relação aos BRICS e IBAS, onde a presença de Rússia, Índia e China, que são também potências regionais, e até mundiais, implica em maior distribuição da influência exercida.

Também entre os países da América do Sul, em que pese a grande influência econômica do Brasil, não se pode afirmar que haja unanimidade na sua escolha, quando se trata de uma liderança política para o continente. Exemplo significativo relaciona-se ao pleito do Brasil sobre a reforma do CSNU e sua candidatura a membro permanente do conselho, em proposta conjunta com Alemanha, Índia e Japão, grupo chamado de G4. A Argentina e a Colômbia formam, junto com outros países, o grupo Unidos Pelo Consenso (United for Consensus – UfC). A Argentina opõe-se diretamente à candidatura do Brasil, enquanto a Colômbia é favorável à manutenção do *status quo* do CSNU (TARRAGÔ, 2009, p. 33-34). Nesse mesmo contexto de ampliação do CSNU, proposta similar foi feita pela União Africana³⁷ (TARRAGÔ, 2009, p. 37), fato que demonstra, ao menos no que tange ao CSNU, que o Brasil não representa liderança em nome dos interesses dos países africanos. Ainda assim, como visto anteriormente, foi estabelecida a América do Sul, no recorte temporal em questão, como prioritária na PEB.

Quanto à política de Defesa, em termos de comparação isolada na América do Sul, o Brasil é o país com maior investimento na área, em números absolutos, em 2017, com mais do que o dobro da Colômbia (2ª colocada) (GLOBAL DEFENSE PERSPECTIVES, 2017, p. 20-21). Em 2020, foi o 10º colocado no *ranking* de Potencial das FA, muito à frente dos demais sul-americanos (o 2º melhor país foi a Colômbia, na 37ª posição) (MILITARY STRENGTH RANKING, 2020). Em termos de “bloco”, o CDS é um fator aglutinador, no qual o Brasil, por sua dimensão de Defesa comparada, pode assumir a liderança.

Em termos de subgrupo, expõe-se, agora, o Atlântico Sul, que também é uma área de extrema importância, nos aspectos políticos, econômicos e de Defesa Nacional, dispondo de “[...] áreas estratégicas relevantes, como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial.” BRASIL, 2012b, p. 38).

³⁷ A União Africana (UA) foi fundada em 2002 e é a organização que sucedeu à Organização da Unidade Africana (OUA). Visa a promoção da democracia, paz, direitos humanos e desenvolvimento econômico em África. É composta por 54 estados-membros. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/uni%C3%A3o-africana-ua/t-19408626>. Acesso em: 1 ago. 2020.

A Organização Hidrográfica Internacional (da sigla, em inglês, IHO) delimita o Atlântico Sul da seguinte forma: a Linha do Equador ao Norte, desde a costa do Brasil até o limite sudoeste do Golfo da Guiné; o Meridiano do Cabo Horn, entre o Atlântico Sul e o Pacífico; ao Sul, a IHO define que não há razão para que as águas no entorno da Antártica sejam consideradas um oceano à parte, logo entende que o Atlântico Sul estende-se mais ao Sul, até o Continente Antártico; a Leste, limita-se com o Oceano Índico pelo meridiano do Cabo das Agulhas (20° E) (IHO, 1953, p. 4, 22)

Ferreira (2010, p. 128) vai mais além da delimitação da IHO do Atlântico Sul, no que chamou de “mar estratégico do Brasil”, conforme abaixo:

O mar estratégico do Brasil é o Atlântico Sul e Tropical. [...] Não deve restar dúvida que o espaço marítimo de interesse naval se inicia, portanto, poucos graus ao Sul do Trópico de Câncer e se estende em direção à Antártica, banhando tanto o nosso continente como a costa ocidental da África. Estes limites conformam um mar de particular interesse estratégico para a Marinha do Brasil. [...] Nessa faixa encontram-se um dos extremos do estreito Natal-Dakar, países de língua portuguesa como Cabo Verde e Guiné Bissau, e o Haiti, já no interior do estratégico Mar do Caribe [...]. Assim, a faixa do Atlântico situada entre os Trópicos apresenta uma importância política, marítima e naval considerável.

Ressalta-se que não faz parte do presente estudo uma possível definição do limite Norte do Atlântico Sul, o que poderá ser explorado por outro trabalho de pesquisa, todavia, a MB definiu como sua área de prioridade o Atlântico Sul, estabelecendo os seguintes limites:

[...] ao Norte, o paralelo 16° N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul. O limite 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte. (BRASIL, 2020a, p.18).

Por sua vez, é importante para o estudo o fato de o Continente Antártico ser, pela IHO, o limite sul do Atlântico Sul, o que será tratado na seção própria.

Para realizar sua análise, a área do Atlântico Sul será dividida em duas partes, no sentido longitudinal. A primeira parte é a Amazônia Azul, “a região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil exerce soberania e jurisdição sobre assuntos afetos à exploração e controle correspondente às águas jurisdicionais e plataforma continental [...]” (BRASIL, 2016c). Corresponde a uma região do mar de área de 5,7 milhões de km², de onde se retira 95% do petróleo, 80% do gás natural e 45% do pescado produzido

no País³⁸. É considerada a área marítima de maior importância para o Poder Naval brasileiro, ou área vital, segundo o Professor Pesce (2012, p.89).

A outra parte é o Atlântico Sul além da Amazônia Azul até a costa ocidental da África, caracterizada como área primária e segunda em importância, ainda segundo o Professor Pesce (2012, p. 89). Avalia-se, dessa forma, que há uma relativização em termos de importância entre as duas áreas.

Percebe-se, da análise do estudo da seção, que **os impactos da projeção do Poder Nacional brasileiro são diversos e dependem de cada expressão analisada e da área de influência considerada, o que dificulta a identificação de um conceito abrangente. Porém, em maior ou menor grau, é coerente a integralização da área descrita como Entorno Estratégico Brasileiro a partir da PND 2012 e se percebe, até esse ponto do estudo, influência da PEB à época na formulação do documento.**

Define-se ainda, à vista do estudo inicial, a adoção do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro” de Fiori (2013, p.32, grifo nosso) para apoiar a continuação desse estudo: “[...] a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar [...]” e, em complemento a esse conceito, onde é citada “região”, esta será definida conforme descrita na PND 2012, como abrangendo a América do Sul, o Atlântico Sul, os países limítrofes da África e a Antártica (BRASIL, 2012c, subitem 4.1).

³⁸ Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/amazonia-azul.html. Acesso em 1 ago. 2020.

4 A QUESTÃO ANTÁRTICA

Como se pode observar na Seção anterior, os documentos estratégicos de Defesa (PND, END e LBDN), ao longo do tempo, têm expressado o amadurecimento da estrutura do MD, seja por força de lei³⁹ que exige sua atualização a cada quatro anos. Entre os diversos conceitos que manifestam esse amadurecimento, encontra-se o de “Entorno Estratégico Brasileiro”, que se propõe a definir o que se entende por área de interesse brasileiro no exterior.

Nesta seção serão apresentados: os aspectos históricos relativos ao Continente Antártico e ao STA; o interesse do Brasil pela Antártica; as características da política antártica brasileira e do PROANTAR; a inclusão da Antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro”, parte principal do estudo, na qual serão analisados os documentos formais relacionados ao tema; a consolidação da análise do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”; e a atualidade do PROANTAR. Todo esse contexto formará uma base de estudo em busca de aspectos que possam robustecer ou criticar a decisão adotada de inclusão da narrativa da Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012.

4.1 Aspectos históricos do continente antártico

A massa continental antártica propriamente dita tem sua descoberta polemizada, uma vez que o russo Bellingshausen avistou o continente em 27 de janeiro de 1820 e, apenas três dias após, também pela expedição do inglês Braisfield. Embora tenha realizado o primeiro avistamento, problemas de tradução do diário de Bellingshausen mantiveram o fato encoberto por décadas⁴⁰.

Até meados do século XIX, o interesse na Antártica concentrava-se nas atividades comerciais advindas da caça de focas e baleias. A caça das focas, em busca de suas peles, foi incentivada pela redução da população do mamífero no Ártico. Já a caça às baleias, para extração do óleo ou utilização dos ossos, visava um sem-número de aplicações. Este período de atividades comerciais relacionadas à caça de mamíferos dura até **o início do Século XX, sendo suplantado pela chamada “Era Heroica”, quando houve sobreposição de interesses de exploração territorial,** a exemplo das expedições do norueguês Roald Amundsen

³⁹ Lei Complementar nº 97/1999, art. 9º, § 3º. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97compilado.htm. Acesso em: 13 ago. 2020.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/02/quem-realmente-descobriu-antartida-depende-para-quem-voce-pergunta>. Acesso em: 25 jun. 2020.

(1911)⁴¹ e do o britânico Robert Falcon Scott (1912)⁴² ao polo sul, **com interesses científicos** (CASTRO, 1976, p. 77; FERREIRA, 2009, p. 26-27).

Neste mesmo período, é enfatizada a politização na questão antártica, em paralelo à promoção científica, representada no início das reivindicações territoriais (CASTRO, 1976, p. 81). A Inglaterra foi a primeira a contestar território e respectiva soberania sobre parcela da Antártica, em 1908, seguida de Nova Zelândia (1923), França (1924), Austrália (1933), Noruega (1939), Argentina (1940) e Chile (1940). Convém citar que nenhuma destas reivindicações foi reconhecida pela Comunidade Internacional (FERREIRA, 2009, p. 27-30).

EUA e Rússia, embora acompanhassem as questões territoriais e realizassem expedições à Antártica, não apresentaram demandas territorialistas até o final do período da Segunda Guerra Mundial (FERREIRA, 2009, p. 33-34,37).

Em 1952, a comunidade científica internacional iniciou a organização do chamado Ano Geofísico Internacional (AGI) que ocorreria entre julho de 1957 e dezembro de 1958. No âmbito deste grande evento transnacional, 12 países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União Soviética) foram responsáveis pelo estabelecimento de 50 estações de pesquisa na Antártica (FERREIRA, 2009, p. 39).

A partir desse evento, em 1958, os EUA convocaram uma Conferência, para a qual foram convidados os outros 11 países que, junto com o próprio EUA, haviam realizado o esforço de pesquisa antártica por ocasião da AGI, para discutir a questão do continente. A Conferência de Washington, como foi chamada, teve como resultado a assinatura, em 1959, e vigência, a partir de 1961, do Tratado da Antártica (CASTRO, 1976, p. 101-102).

Sobre o Tratado da Antártica, além dos propósitos pacíficos e de promoção da cooperação internacional científica nele contidos, foram proibidos, naquele continente, as explosões nucleares, o lançamento de material radioativo residual e novas reivindicações territoriais (BRASIL, 2016a, p. 3).

⁴¹ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar>. Acesso em: 25 jun. 2020.

⁴² Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1912-expedição-de-robert-falcon-scott-ao-polo-sul-termina-em-tragédia/a-782527>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Uma das críticas feitas ao Tratado da Antártica é que ele “[...] não prevê providências para a exploração de recursos naturais.” (FERREIRA, 2009, p. 46). Esta lacuna foi reparada em 1991, com a assinatura do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre proteção ao meio ambiente, o **Protocolo de Madri**, ratificado em 1998. Dentre seus artigos, o Protocolo designa a Antártica como:

Reserva Natural, dedicada à paz e à ciência [...] [onde se] proíbe ‘qualquer atividade relacionada a recursos minerais, salvo pesquisa científica’, por tempo indefinido, enquanto o Protocolo estiver em vigor. (FERREIRA, 2009, p. 90-91, **grifo nosso**).

Este instrumento conta, atualmente, com seis anexos, que dispõem sobre: avaliação de impacto ambiental, conservação das fauna e flora antárticas, disposição e manejo de resíduos, prevenção de poluição marinha, regime de áreas protegidas da Antártica e responsabilidade objetiva sobre danos ambientais, sendo que este último não ainda em vigor (FERREIRA, 2009, p. 92-93).

Existe a possibilidade de revisão do Protocolo de Madri em 2048, o que pode alterar o seu conteúdo⁴³.

Com o passar dos anos, o Tratado da Antártica “[...] evoluiu em um complexo conjunto de regras e instrumentos [...], dando origem ao que hoje é conhecido como Sistema do Tratado da Antártica (STA).” (FERREIRA, 2009, p. 55, **grifo nosso**). Dentre eles, obviamente, o Protocolo de Madri. Outros órgãos também participam do processo de tomada de decisões sobre o Continente, a saber, o Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (da sigla, em inglês, SCAR), o Comitê de Proteção Ambiental (da sigla, em inglês, CEP) e o Conselho de Gestores dos Programas Nacionais Antárticos (da sigla, em inglês, COMNAP) (ANDRADE et al, 2018, p. 14-15).

4.2 O interesse do Brasil pela Antártica

O Brasil não havia ainda demonstrado muito interesse pela Antártica até a época do AGI (1957-1958), do qual participou apenas por meio da sua Marinha⁴⁴, salvo por um artigo da Professora Therezinha de Castro, em 1956, na

⁴³ “[...] If, after the expiration of 50 years from the date of entry into force of this Protocol, any of the Antarctic Treaty Consultative Parties so requests by a communication addressed to the Depositary, a conference shall be held as soon as practicable to review the operation of this Protocol.” (ATCM, 1991, art. 25, item 2).

⁴⁴ No Programa da Marinha de Guerra do Brasil no Ano Geofísico Internacional (1957-58) existe a menção a uma ação apenas, associada à oceanografia e meteorologia da área Cabo Frio – Chuí, sobre a realização, durante 1956, de 100 estações oceanográficas visando sobretudo a estabelecer o

Revista do Clube Militar, o qual introduzia o “critério da defrontação” para a realização de uma partilha da Antártica (CARVALHO, 1975 *apud* CASTRO, 1976, p. 5).

Esse aparente desinteresse, reafirmado pelo fato de ter ainda, à época, enviado qualquer expedição científica à Antártica, foi usado pelos EUA para justificar a ausência de convite para a Conferência de Washington (CASTRO, 1976, p. 110). Todavia, o país encaminhou um protesto, via Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, em julho de 1958, por meio de seu Chanceler, no qual declara-se que: “O Brasil ante o imperativo de proteger a sua segurança nacional, reservar-se-á o direito de livre acesso à Antártica, assim como o de apresentar as reivindicações que possa vir a julgar necessárias.” (SOARES, 1958 *apud* CASTRO, 1976, p. 110-111).

Essa frase explicita dois aspectos: o de segurança nacional e o de territorialismo, muito embora o Tratado já previsse a proibição de novas reivindicações territoriais na sua vigência. Porém, segundo Cardone (2015, p. 4, **grifo nosso**), a “**posição territorialista instalada a partir da teoria da Defrontação⁴⁵ nunca conseguiu se traduzir em uma posição oficial consonante por parte do Itamaraty**”.

Coube à Professora Therezinha de Castro a tarefa de manter viva a questão Antártica, o que fez, em 1960, quando, como Geógrafa do Conselho Nacional de Geografia (hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), integrou o mapa de defrontação na Antártica ao Atlas de Relações Internacionais daquele ano (CARVALHO, 1975 *apud* CASTRO, 1976, p. 5). O mesmo mapa foi reproduzido, em 1969, no Atlas Histórico Escolar do Ministério da Educação, e **chamou à atenção do Deputado Federal Eurípedes Cardoso de Menezes, que fez a questão chegar ao Congresso Nacional, em Sessão do dia 28 de novembro de 1970 (CASTRO, 1998, p. 385). O Deputado encerrou seu mandato e despediu-se com uma carta, lida no mesmo Congresso Nacional, em 28 de novembro de 1974, em que lamentou nenhuma ação ter sido empreendida, por parte das autoridades do país, em termos de requerer território brasileiro na Antártica (CASTRO, 1976, p. 153-155).**

ciclo de incursões da corrente das Falklands e de caracterização da massa polar marítima para melhoria da previsão do tempo (CASTRO, 1976, p. 142)

⁴⁵ O “critério da defrontação” foi idealizado pelo Senador canadense Pascal Poirier, para a partilha do Ártico em princípios do século XX (CASTRO, 1998, p. 77). Em uma aplicação análoga do critério para o continente antártico, o território contido no setor delimitado pelos meridianos de Martim Vaz e Arroio Chuí seria passível de reivindicação pelo Brasil (CASTRO, 1998, p. 111).

Em 16 de maio de 1975, o Brasil entregou o documento de adesão ao Tratado da Antártica, no qual constavam cinco princípios fundamentais que levaram o país a tal atitude, que podem assim ser sintetizados: **considerar o Tratado como único diploma jurídico legal sobre a questão antártica; uso do continente para fins exclusivamente pacíficos; igualdade entre os signatários; interesse direto e substancial do Brasil na Antártica, em virtude de sua costa no Atlântico Sul; e o Brasil como corresponsável pela defesa de parte do continente, incluído no art. 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (CASTRO, 1998, p. 385-386).**

A adesão ao Tratado, por si só, não significou o impulso de um programa brasileiro para a Antártica, haja vista outras prioridades da PEB naquele momento (CARDONE, 2015, p. 7-8).

Somente em 1982, criou-se, por decreto, a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR)⁴⁶. Por consequência, no mesmo dia, foi criado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)⁴⁷, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão colegiado que, desde 1974, coordenava os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM)⁴⁸. No mesmo ano, em setembro, a Marinha do Brasil adquiriu o Navio de Apoio Oceanográfico BARÃO DE TEFÉ, podendo, então ser organizada a primeira expedição brasileira ao Continente, a Operação Antártica I (OPERANTAR I), que contou, também, com a participação do Navio Prof. BESNARD, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – USP. A OPERANTAR I teve como objetivos o reconhecimento de um local para a futura Estação Antártica Brasileira, bem como o início das pesquisas científicas brasileiras na região (SOUZA, 2008, p. 15).

⁴⁶ Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/36635-cria-a-comissao-nacional-para-assuntos-antarticos-conantar-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

⁴⁷ Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D86830.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

⁴⁸ A CIRM foi criada por meio do Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D74557.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

4.3 A política antártica brasileira e o PROANTAR

À CONANTAR, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, cabia, à época, assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) (BRASIL, [1990], art. 1º), política essa aprovada em 1987⁴⁹.

Além da CIRM e da CONANTAR, outro colegiado que influenciava, à época, nas orientações, particularmente, quanto às atividades e aos interesses científicos e tecnológicos na Antártica, era o **Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas** (CONAPA), instituído, em 1996, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)⁵⁰.

Com base na estrutura apresentada na Figura 3, a **política antártica brasileira e a consequente execução por parte do PROANTAR integram as diretrizes maiores emanadas da POLANTAR, além de considerar as resoluções da CONANTAR e da CIRM e as orientações do CONAPA, todas alinhadas à PEB**⁵¹.

É relevante registrar que, por força do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019⁵², que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, a CONANTAR, com certeza⁵³, e, possivelmente, o CONAPA foram extintos. A extinção da CONANTAR deixa uma lacuna importante, uma vez que a essa Comissão competia o assessoramento direto ao Presidente da República quanto à POLANTAR. De forma a preencher esse espaço jurídico, a CIRM, responsável pela implementação do PROANTAR, vem substituindo a CONANTAR nas suas atribuições relativas à POLANTAR, desde a data do Decreto citado (28 de junho de 2019). No contexto da POLANTAR, **o PROANTAR promove:**

“[...] pesquisa científica diversificada e de alta qualidade na região antártica, [...] assegurando a participação brasileira nos processos

⁴⁹ Decreto nº 94.401, de 3 de junho de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94401.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

⁵⁰ Decreto nº 1.791, de 15 de janeiro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1791.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

⁵¹ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/tratado-antartica>. Acesso em: 26 ago. 2020.

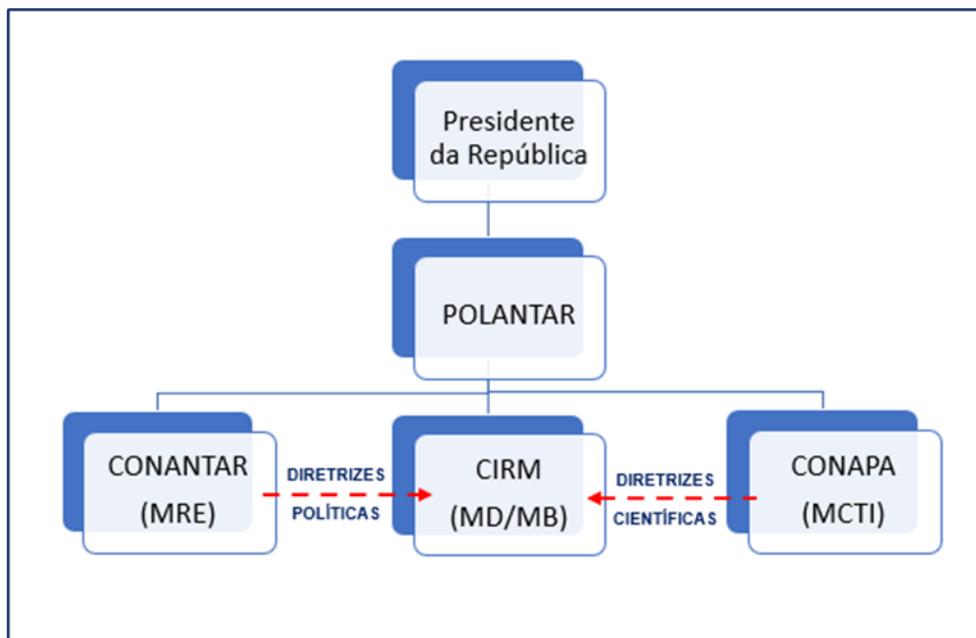
⁵² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

⁵³ Resolução nº 16, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU nº 150/2020, Seção 1, p. 13. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=13&data=06/08/2020&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 25 ago. 2020.

decisórios relativos ao futuro daquele continente. (BRASIL, 2020c, grifo nosso).

Figura 3 - Estrutura da política antártica brasileira



Fonte: Autor, adaptado de “Estrutura do Programa Antártico” (BRASIL, 2020c).

Sendo assim, o PROANTAR instrumentaliza a política antártica brasileira, que contribui para a própria projeção da PEB.

Para levar adiante a importante promoção da ciência no continente gelado, o PROANTAR está estruturado em três grupos: o Grupo de Operação - GO (Marinha do Brasil), o Grupo de Avaliação Ambiental – GAAM (Ministério do Meio Ambiente) e o Grupo de Assessoramento – GA (MCTI). De forma sintética, o GA analisa e seleciona, por meio de critérios técnicos, os projetos de pesquisa. Após selecionados, são submetidos aos critérios de impactos ambientais, em análise por parte do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Aqueles projetos que tiverem avaliação positiva serão, ainda, confrontados com os aspectos logístico-operacionais do GO, na Secretaria da CIRM (SECIRM – MB). Definidos os projetos, tem início o planejamento da Operação Antártica (OPERANTAR) do referido ano⁵⁴.

Para as pesquisas na Antártica, o Brasil dispõe do apoio de dois navios da MB (o Navio de Apoio Oceanográfico ARY RONGEL e o Navio Polar ALTE MAXIMIANO), do apoio de transporte por aeronaves C-130 da Força Aérea brasileira (FAB) e da Nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), inaugurada no

⁵⁴ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar/operantar>. Acesso em: 26 ago. 2020.

corrente ano. Dispõe ainda do Módulo CRIOSFERA, pertencente ao projeto do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), juntamente com pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), instalado no interior do continente antártico (UFRGS, 2013). Existe ainda a possibilidade de ser solicitado apoio e cooperação de outros países, para pesquisas conjuntas ou compartilhamento de suas bases antárticas, momento em que atua o Ministério das Relações Exteriores – MRE, em função de presidir o CONANTAR (BRASIL, 1990, art. 3º, alínea g).

Mesmo contando com 38 anos de Operações Antárticas naquele continente, o empreendimento brasileiro foi vitimado pelo **acidente ocorrido na antiga EACF, em fevereiro de 2012, onde um incêndio de grandes proporções ocasionou a perda de 70% das suas instalações**⁵⁵. Com o empenho de todos os órgãos envolvidos e com o apoio direto do Governo Federal⁵⁶, foi possível o desencadeamento de ações que resultaram: no desmonte e retirada dos escombros, remediação ambiental na área do acidente⁵⁷ e montagem de módulos emergenciais já no verão seguinte (outubro de 2012 a março de 2013); e a construção da Nova EACF⁵⁸.

4.4 A inclusão da Antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro”

A PND incluiu a Antártica no chamado “Entorno Estratégico Brasileiro”, como parte de um conjunto de alterações e atualizações, por ocasião de sua revisão em 2012. Cita-se, novamente, o trecho do documento onde está registrada a alteração:

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de **cooperação**, o País visualiza um **entorno estratégico** que **extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica**. (BRASIL, 2012c, subitem 4.1, **grifo nosso**).

A questão que se analisa a seguir é qual a influência da Antártica no Brasil e vice-versa, que justifique sua inclusão no “Entorno Estratégico Brasileiro”, e em qual nível se dá essa influência.

Novamente será invocado o conceito de Fiori, porém por conta das características do Tratado da Antártica, em termos de ausência de soberania,

⁵⁵ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar-eacf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/notas-oficiais/notas-oficiais/nota-a-imprensa-acidente-na-estacao-antartica-comandante-ferraz>. Acesso em: 13 ago. 2020.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/9043-de-volta>. Acesso em 13 ago. 2020.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar-eacf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

pesquisas científicas e aspectos ambientais envolvidos, vislumbra-se a necessidade de considerar todas as expressões do Poder Nacional, não somente os aspectos de PEB, de política de Defesa Nacional e econômicos, ao ser estudada a inclusão da Antártica,

Nessa oportunidade, cabe destacar uma vez mais, que o Poder Nacional “Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científica e tecnológica.” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 33).

Considerando a análise dentro do contexto de cada expressão do Poder Nacional e iniciando-se pela expressão política⁵⁹, convém pontuar que a identificação da expressão política, em especial na relação com a questão antártica, se dá por meio da própria POLANTAR, como normativa, a qual estabelece as diretrizes gerais em relação ao tratamento da questão antártica. Destaca-se, ainda, que o seu alinhamento com a PEB fica evidente em sua terceira parte (III – Princípios Básicos), onde o item 9 traz as posições do Brasil sobre a Antártida, conforme se descreve:

[...] as atividades antárticas são regidas pelo Tratado da Antártida, [...] e por medidas tomadas consoante esses instrumentos; por esse motivo, **a Política Nacional para Assuntos Antárticos se compatibiliza com as linhas mestras e os objetivos da política externa brasileira.** (BRASIL, 1987, **grifo nosso**).

Por sua vez, a expressão econômica⁶⁰ e a expressão psicossocial (em sua característica “ambiental”⁶¹), na questão antártica, são inter-relacionadas, uma vez que a exploração de recursos naturais na Antártica para outros fins que não a pesquisa científica está proibida, por força do art. 7 do Protocolo de Madri⁶². Dessa forma, os aspectos econômicos não serão analisados nesse contexto de inclusão no “Entorno Estratégico Brasileiro”. Cabe, todavia, mencionar, entre os aspectos que permeiam as expressões econômica e psicossocial, o conteúdo do artigo de Mattos e Câmara (2020) na Revista Marítima Brasileira:

⁵⁹ Os anseios e aspirações do Povo [...] processam-se na Expressão Política, transformando-se em objetivos articulados que, nas sociedades democráticas, retornam ao povo ou a seus representantes, sob a forma de propostas de normatividade, planos, projetos estatais ou decisões específicas. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 57).

⁶⁰ A expressão econômica “[...] é representada pela produção, distribuição e consumo de bens e serviços [...] [e] abrange as ações do Homem na busca de recursos para satisfazer suas necessidades de toda ordem [...]” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2015 apud ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 80).

⁶¹ Os Fundamentos do Poder Nacional na Expressão psicossocial são: a Pessoa, o Ambiente e as Instituições Sociais. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), 2019, p. 93).

⁶² O art. 7 do Protocolo de Madri dispõe que “Qualquer atividade relacionada aos recursos minerais, outras que as de pesquisa científica, deverá ser proibida.” (ATCM, 1991).

Qualquer alteração [na Antártica] pode causar relevantes impactos no meio ambiente e no equilíbrio climático daquele continente, vindo a afetar todo planeta, em especial os países mais próximos, como é o caso dos sul-americanos. Tendo o agronegócio como um dos destaques da balança comercial brasileira, qualquer mudança climática pode vir a afetar nossas lavouras. (MATTOS; CÂMARA, 2020, p. 22).

A expressão militar fica bastante clara com o a PND e com a participação do MD, particularmente a MB e a FAB, no apoio logístico às Operações Antárticas, na manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e na coordenação da CIRM.

Finalizando as expressões, tem-se a científica e tecnológica, que está presente nas diversas pesquisas científicas realizadas no continente, coordenadas pelo MCTI.

Sendo assim, face ao exposto, a continuidade do estudo da inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” dar-se-á, portanto, pela análise de documentos formais e das ações do Brasil em relação à Antártica, com foco nos aspectos de PEB, de política de Defesa Nacional, ambientais e científico-tecnológicos.

4.4.1 Análise de documentos da CIRM

No Brasil, a questão antártica é matéria da CIRM, cujo colegiado é composto pelo Comandante da Marinha (Coordenador) e por representantes de diversas instituições, a saber: Casa Civil da Presidência da República; MD; MRE; Ministério da Infraestrutura; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Economia; MCTI; MMA; Ministério da Cidadania; Ministério do Turismo; Ministério do Desenvolvimento Regional; e Comando da Marinha. São realizadas três reuniões ordinárias por ano, além das extraordinárias quando necessário⁶³. Os mais atuantes, naquela questão, são o MD, o Comando da Marinha, o MRE, o MCTI e o MMA.

Como cabe, então, à CIRM, coordenar o PROANTAR, analisaram-se as atas das reuniões da CIRM, dentro do recorte temporal do estudo, de 2003 a 2012.

Nas reuniões de 2007, destaca-se a realização da XVIII Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos (RAPAL) no Brasil⁶⁴. Em

⁶³ Regimento da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/documentos/cirm/regimento.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

⁶⁴ Ata da 167ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata167.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

2008, registraram-se as atividades que a Frente Parlamentar de apoio ao PROANTAR, realizara no ano anterior de 2007, que também fora o ano de sua criação e destacou-se a aquisição do Navio Polar Alte Maximiano⁶⁵. As atas de 2009 não trouxeram registros relevantes para o estudo. Nas de 2010 destaca-se a criação do Grupo de Trabalho para elaborar o planejamento estratégico do PROANTAR.

As reuniões de 2011 apresentaram um volume maior de conteúdo a ser destacado. Relataram-se:

- Na primeira reunião do ano (177ª Sessão Ordinária), o representante do MRE, Sr. FÁBIO VAZ PITALUGA, reconheceu o esforço que o Comandante da Marinha vinha realizando, junto ao MD, para evitar cortes orçamentários substanciais, previstos naquele começo de ano. Afirmou, ainda, que a então Presidente Dilma também estava consciente da importância do PROANTAR, e que ela registrou a relevância na declaração conjunta de cooperação antártica, em visita à Argentina⁶⁶;

- Ocorreram várias considerações, por parte do Sr. Pitaluga (representante do MRE), sobre a necessidade de o Brasil ampliar suas ações e demonstrar, principalmente na Reunião Consultiva do Tratado da Antártica de 2012 (da sigla, em inglês, ATCM 2012), seu comprometimento com a Antártica, tomando a oportunidade de, **em 2102, o PROANTAR vir a comemorar 30 anos de existência**. O Sr. Pitaluga, ainda, lembrou que **em 2014 a Reunião da ATCM seria no Brasil, ocasião em que o País deveria mostrar sua postura em relação à política antártica**. Na mesma reunião, o Almirante de Esquadra Moura Neto (Comandante da Marinha à época) afirmou que, além da comemoração dos 30 anos de operações antárticas, em 2012, também seria marcante **a comemoração de 30 anos do Brasil como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, em 2013**⁶⁷;

- Foram referenciadas **a RAPAL (que seria realizada em 2012 no Brasil)** e a Audiência Pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do

⁶⁵ Ata da 168ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata168.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

⁶⁶ Ata da 177ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata177.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

⁶⁷ Ata da 178ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata178.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

Senado Federal (ocorrida em 26 de outubro de 2011, na qual a MB apresentou as características e ações do PROANTAR) ⁶⁸.

As reuniões de 2012 refletiram, basicamente, as ações decorrentes do acidente (incêndio) ocorrido na EACF, em fevereiro daquele ano. Importa comentar-se que esse acidente na EACF trouxe potenciais impactos negativos cujas soluções perpassaram aspectos de PEB, de política de Defesa Nacional, ambientais e científico-tecnológicos, todos conectados entre si.

O principal potencial impacto negativo que se vislumbra foi afeto às pesquisas científicas, que não dispõem mais da Estação Antártica como base de seus projetos. Como o Tratado da Antártica prevê no item 2 do art. IX que a substancial atividade de pesquisa científica é mandatória para que um país seja aceito e mantido como membro consultivo do próprio Tratado (BRASIL, 2016a), a situação poderia trazer pressões, oriundas de dentro da comunidade antártica, em desfavor do Brasil. Para neutralizar essa possibilidade, o MRE trabalhou em duas frentes. Primeiro, em uma agenda de detalhamento e transparência das ações realizadas, apresentando-a em todas as reuniões internacionais relacionadas à questão Antártica, particularmente na ATCM. Nesses eventos eram apresentados relatórios da Operação de Desmonte e limpeza da área atingida, da remediação ambiental em curso, da montagem dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) e do processo de licitação para a construção da nova EACF (FARIA, 2014). Numa segunda frente, o MRE oportunizou acordos de cooperação bilaterais para manter e até ampliar a participação de pesquisadores brasileiros na região⁶⁹.

Em termos de política de Defesa Nacional, a contribuição do MD, particularmente da MB, se deu por meio de um esforço de planejamento e de ações que resultaram, já em outubro do mesmo ano, em: manutenção da Operação Antártica e suas pesquisas, prioritariamente a partir de seus dois navios; emprego de outros recursos, materiais e humanos, para realizar, paralelamente, a Operação de Desmonte da antiga EACF e a de limpeza e remediação ambiental da área atingida, mantendo o compromisso de mitigar os efeitos do acidente ainda naquele ano; e, adicionalmente, aquisição, montagem e operacionalização dos MAE, os quais

⁶⁸ Ata da 179ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata179.pdf.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar-eacf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

visavam a continuidade das pesquisas na área da antiga EACF até que se construísse a nova EACF⁷⁰.

Embora fora da moldura temporal do estudo, analisaram-se também as atas de 2013, considerando que foi o ano de efetiva apreciação da PND 2012 pelo Congresso Nacional, e que poderiam ter sido refletidas, naquelas atas, as expectativas da MB e dos integrantes da CIRM sobre a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”. O único registro que se considera apontar é o da primeira Reunião da CIRM de 2013, em abril, onde o Comandante da Marinha destacou que a MB estava recebendo todo o apoio político e de recursos por parte da então Presidente Dilma⁷¹.

Em 2014, registrou-se, de relevante, a realização da ATCM no Brasil⁷².

Foram, ainda, visitadas todas as atas de reuniões disponíveis, de 2015 a 2020, períodos em que houve revisões da PND (2016 e 2020), sem haver qualquer menção à Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”⁷³.

A análise das atas das reuniões da CIRM, sem dúvidas, apresenta a importância da Antártica sob o ponto de vista científico. Destaca-se que a pesquisa científica é o fundamento da manutenção do Brasil no Tratado da Antártica. Esse papel é um dos aspectos onde a Ciência Antártica, ou seja, a expressão científico-tecnológica do Poder Nacional, permeia a PEB, além da cooperação internacional, por exemplo. Perpassa, ainda, o campo ambiental, com a contribuição de seus estudos.

Ainda na análise das atas, fica demonstrado que o PROANTAR, como um todo, é um exitoso instrumento de relações internacionais.

Um aspecto particular observado foi a conjugação de datas comemorativas, em âmbito nacional e internacional, e de **eventos relevantes, próximos de realização no Brasil, como, por exemplo, para 2012, a comemoração dos 30 anos do PROANTAR e a realização da RAPAL e, para 2014, o maior evento relacionado à Antártica, que é a ATCM.** Havia ainda programada para 2012, embora fora da

⁷⁰ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar-eacf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

⁷¹ Ata da 183ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata183.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

⁷² Ata da 187ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata187.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

⁷³ Atas das Reuniões da CIRM de 2015 a 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/atas>. Acesso em 7 ago. 2020.

temática de Antártica, mas associada ao meio ambiente, a **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que marcava os 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)**⁷⁴. Releva comentar sobre a participação da MB na Audiência Pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal, em 2011, ocasião em que estavam latentes as discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas. Esses fatos tornavam intensiva a agenda antártica no país e representavam uma maior inserção, e conseqüente comprometimento internacional, do Brasil com o tema da Antártica.

Para fins do presente estudo, ficou claro que havia tratativas entre o Comando da Marinha e o MD, em 2011, no sentido da importância do PROANTAR e do contínuo aporte de recursos financeiros para o mesmo, bem como do reconhecimento por parte da Presidente Dilma da relevância do programa (Ata da 177ª Sessão Ordinária). Entretanto, não surgiu, em nenhuma reunião anterior ou no próprio ano de 2012, muito menos nos anos subsequentes, pelo menos não registrada em ata, qualquer menção ou observação ao fato de a Antártica passar a ser considerada, a partir da PND 2012, como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Considerando-se que o Comandante da Marinha é o coordenador da CIRM, que desse colegiado fazem parte representantes do MD, do MRE e da própria MB, representantes estes que lidam diretamente com a questão antártica em seus órgãos de origem, e que não houve comentários por nenhuma parte a respeito do *status* da Antártica a partir da PND 2012, pode-se **concluir que não há indícios, nos supracitados documentos, de uma motivação formal do MRE e da MB, junto ao MD, para inclusão da Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”**.

4.4.2 Análise das PDN de 1996 e de 2005 e PND 2012, com enfoque na questão antártica

A PDN 1996 foi “[...] [a] primeira iniciativa para orientar os esforços de toda a sociedade brasileira [...], a fim de desenvolver as condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais. (BRASIL, 2016d, item 1).

⁷⁴ Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 25 ago. 2020.

Esse documento apresentava um Brasil contido em um “espaço regional” que abarcava a América do Sul e o Atlântico Sul. **A referência à Antártica aparece no último item do documento, as Diretrizes**, figurando na alínea “s”, com o seguinte texto: **“promover o conhecimento científico da região antártica e a participação ativa no processo de decisão de seu destino.”** (BRASIL, 1996, item 5).

Definia, também, que, embora a América do Sul fosse considerada a “[...] região mais desmilitarizada do mundo [...]”, e de o Brasil ter “[...] trabalhado no sentido de promover maior integração e aproximação entre os países do continente, e, em consequência, adquirido credibilidade internacional [...]”, não se podia descartar a hipótese de envolvimento em “[...] conflitos gerados, como consequência de ameaças ao seu patrimônio e aos seus interesses vitais.” (BRASIL, 1996, subitens 2.6, 2.9, 2.11)

Quando de sua **revisão em 2005**, nota-se uma **mudança de narrativa**. Primeiramente, o documento **insere um “[...] conceito de segurança ampliado, abrangendo os campos político, militar, econômico, social, ambiental e outros.”** e complementa que esta segurança “[...] pode ser enfocada a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado, do que resultam definições de diferentes perspectivas.” (BRASIL, 2005, subitem 1.3). Comenta, ainda, sobre potenciais conflitos por questões de ordem econômica e a necessidade de proteção de biodiversidade e recursos naturais do país (BRASIL, 2005, subitens 2.2, 2.4).

Essa ampliação dos campos considerados na avaliação da questão de segurança remete à nova estrutura de estudos de segurança proposta por Buzan, Wæver e Wilde (1998, p. 7-8). Aqueles autores defendem que a caracterização de uma questão de segurança internacional ocorre “[...] quando uma questão é apresentada como uma ameaça existencial a um objeto referente designado (tradicionalmente, mas não necessariamente, o Estado), incorporando governo, território e sociedade (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 21, tradução nossa). Nesse contexto, eles apresentam a definição de **“securitização”**, como “[...] o estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma saliência suficiente para ter efeitos políticos substanciais.” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25, tradução nossa⁷⁵).

⁷⁵ “[...] the intersubjective establishment of an existential threat with a saliency sufficient to have substantial political effects.” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25).

Mesmo com essa narrativa da PDN 2005, diferente daquela postada na PDN 1996, **em termos da questão antártica pouco mudou**, continuava como uma das Diretrizes, a de número “XXII”, agora com o texto reduzido “[...] participar ativamente nos processos de decisão do destino da região Antártica [...]”. A parte suprimida foi a de promoção do conhecimento científico naquela região. (BRASIL, 2005).

Quando se volta a leitura, em sequência, para a **PND 2012, notam-se novas alterações**, dentre as quais destacam-se:

- No Ambiente Internacional (item 3), mais especificamente no subitem 3.1, foi inserido o texto abaixo, em que foi destacada, em negrito, a parte que foi inserida em relação à PDN 2005:

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce, **de alimentos** e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos **ou disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados**, configurando quadros de conflito. (BRASIL, 2012c, **grifo nosso**).

- Também no **Ambiente Internacional (item 3)**, foi inserido um subitem que destaca: **“As mudanças climáticas têm graves consequências sociais, com reflexos na capacidade estatal de agir e nas relações internacionais.”** (BRASIL, 2012c, subitem 3.5, **grifo nosso**).

- **No Ambiente Regional e o Entorno Estratégico (item 4) está a inserção da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”.**

Da análise dessas inserções, a questão de “disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados” está associada, não somente, mas possivelmente ao Continente Antártico, onde a questão de soberania não se aplica, por força de vigência do Tratado da Antártica (FERREIRA, 2009, p. 14). Também o fato de o documento fazer alusão às mudanças climáticas e suas consequências para a sociedade, para a ação do Estado e suas relações internacionais, pode ter relação com a Antártica, por conta da influência que esse continente exerce no clima do Brasil⁷⁶. Ambas as inserções, se efetivamente consideradas como relacionadas à Antártica, formariam um contexto preparatório para justificar a inserção da Antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro” que surgiu, na sequência, no mesmo documento.

⁷⁶ O LBDN 2012 (BRASIL, 2012a, p. 48) assim descreve a influência da Antártica no clima do Brasil: “Parte significativa da costa brasileira é atingida pelos ventos da região antártica e as correntes marinhas trazem recursos vivos, nutrientes e oxigênio para o litoral do Brasil, fatos que influenciam diretamente a costa de sua região Sul. Grande parte do pescado disponível no litoral brasileiro sofre influência das massas de água provenientes do oceano austral.” Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/144>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Todo esse contexto de mudanças climáticas e da Antártica reforçado na PND 2012 poderia, novamente, trazer a questão sobre um processo de securitização do tema, ou, em menor escala, o que Buzan, Wæver e Wilde (1998) chamam de “movimento de securitização” (*securitizing move*), explicado por eles conforme abaixo:

[...] Um discurso que toma a forma de apresentar algo como uma ameaça existencial para um referido objeto não cria, por si só, securitização – isto é um *movimento de securitização*, mas a questão é securitizada somente se e quando a audiência a aceita dessa forma. (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25, tradução nossa⁷⁷).

Torna-se, portanto, relevante, nesse ponto do estudo, avaliar a possibilidade de ter ocorrido um processo de securitização ou um movimento de securitização no procedimento de inserção da Antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Antes da análise, é importante apresentar como Buzan, Wæver e Wilde (1998) estabelecem a distinção entre uma questão politizada e uma questão securitizada. Esses autores expõem que:

[...] qualquer **questão pública** pode ser posicionada numa escala desde **não-politizada** (significando que o Estado não trata da questão e que a mesma não foi, de nenhuma outra forma, considerada como questão para o debate e a decisão públicos) passando a **politizada** (significando que a questão faz parte das políticas públicas, requerendo decisão governamental e alocação de recursos [...]) até **securitizada** (significando que a questão apresenta-se como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais e justificando ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos). (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23-24, tradução nossa⁷⁸, **grifo nosso**).

Complementam, ainda, que “Uma securitização bem-sucedida, então, tem três componentes [...]: ameaças existenciais, ação emergencial, e efeitos nas relações entre os atores por meio de quebra das normas.” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 26, tradução nossa⁷⁹).

O primeiro passo da análise é identificar a ameaça existencial. A agenda de mudanças climáticas pode ser considerada como “politizada”, uma vez que já permeia

⁷⁷ “[...] A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referente object does not by itself create securitization – this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such.” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25).

⁷⁸ “[...] any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made na issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations [...]) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure).” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23-24).

⁷⁹ “A successful securitization thus has three components [...]: existential threats, emergency action, and effects on interunit relations by breaking free of rules.” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 26).

discussões no Congresso Nacional, influencia Leis e Programas de Governo nacionais⁸⁰. A própria questão antártica também já é politizada, inclusive contando com a Frente Parlamentar de apoio ao PROANTAR desde 2007. Para que essa questão fosse caracterizada como securitizada dependeria de eventos circunstanciais (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 24), que ampliasse a ressonância do tema, legitimando medidas emergenciais (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25).

No trâmite da PND 2012, vislumbra-se que o documento foi encaminhado pelo MD ao Congresso Nacional em 17 de julho de 2012⁸¹, sendo apreciada e aprovada por aquela casa somente em 26 de setembro de 2013⁸². Logo, em tese, poderia ter sido realizada qualquer alteração no documento até 16 de julho. Aceitando-se essa tese, um evento circunstancial, de relevância nacional e internacional, associado a mudanças climáticas, foi o acidente ocorrido na EACF, em fevereiro de 2012, não pelo evento em si, mas pelo fato de que há uma intrínseca relação entre a Antártica (e do que lá acontece) e o tema de meio-ambiente e mudanças climáticas. Mas o acidente, embora de impacto bastante negativo para a imagem do Brasil e para as pesquisas nacionais realizadas na Antártica, trouxe impactos ambientais apenas locais. Nem mesmo uma possível descontinuidade em algum projeto de pesquisa significaria impacto relevante ao meio-ambiente. Dessa forma não poderia ser caracterizado como “ameaça existencial” no campo ambiental, pelo conceito de Buzan, Wæver e Wilde (1998), quando apresentam a lógica das ameaças e vulnerabilidades relacionadas ao campo ambiental:

[...] três relacionamentos de ameaça definem o possível universo da segurança ambiental:

1. Ameaças à civilização humana originadas do ambiente natural que não são causadas por atividade humana [...].
2. Ameaças originadas de atividade humana contra os sistemas ou estruturas naturais do planeta quando as mudanças feitas parecem representar ameaça existencial à (parte da) civilização [...].
3. **Ameaças originadas de atividade humana contra os sistemas ou estruturas naturais do planeta quando as mudanças feitas não parecem representar ameaça existencial à civilização [...].**

⁸⁰ O exemplo foi a Audiência Pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal, em 26 de outubro de 2011. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/documents/12427/32086/10%20-%20Resenha%20de%20Outubro%20de%202011>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁸¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-anexo-pl.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

⁸² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

O último desses relacionamentos é pouco indicado para a narrativa de segurança ambiental [...]. O primeiro é indicado, mas de forma marginal [...]. O segundo relacionamento é a razão principal em se falar de segurança ambiental [...]. (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 79-80, tradução nossa⁸³, **grifo nosso**)

Pelo acima exposto, **não se considera que tenha havido uma ameaça existencial, de forma que já se descartaria um processo de securitização**, porém serão estudados os segundo e terceiro passos, em conjunto, para completar a análise.

O segundo e o terceiro passos dizem respeito à ameaça requerer medidas emergenciais e ações fora das normas. Para essa análise, serão desconsideradas as ações de salvamento, quando, sem dúvidas, justificam-se todos os meios possíveis para salvar as vidas humanas. Considerar-se-ão as ações subsequentes ao acidente, particularmente as de remediação ambiental do local e de reconstrução da capacidade de pesquisa, seja com os MAE, seja com a Nova EACF. Neste caso, foram adotadas ações oportunas e planejadas, com base em um orçamento, este sim, extraordinário⁸⁴. Porém, embora de natureza extraordinária a execução dos créditos orçamentários ocorreu por meio de processos licitatórios de acordo com o previsto na legislação brasileira⁸⁵. Assim conclui-se que foram adotadas medidas emergenciais, mas não ações fora das normas.

O resumo dessa análise é que não há indicação teórica de a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, na PND 2012, ter decorrido de influência de um processo de securitização baseado no campo ambiental.

Uma outra relação da questão antártica a analisar, em termos de Defesa Nacional, diz respeito às reivindicações territoriais no Continente. Como já visto

⁸³ “[...] three relationships of threat define the possible universe of environment security:

1. Threats to human civilization from the natural environment that are not caused by human activity.
2. Threats from human activity to the natural systems or structures of the planet when the changes made *do seem* to pose existential threats to (parts of) civilization [...].
3. Threats from human activity to the natural systems or structures of the planet when the changes made *do not seem* to pose existential threats to civilization [...].

The last of these relationships registers little in the discourse of environmental security [...]. The first does register but only at the margins [...].

The second relationship is the main reason to talk about environmental security [...].” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 79-80.

⁸⁴ Ata da 180ª Sessão Ordinária da CIRM. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata180.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

⁸⁵ Ata da 181ª e da 183ª Sessões Ordinárias da CIRM. Disponíveis em:

<https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata183.pdf> e

<https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/ata181.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

anteriormente, **o Brasil não reivindicou território na Antártica antes da entrada em vigor do Tratado da Antártica, tampouco existe, atualmente, tal previsão para o momento de uma possível revisão do Tratado no futuro (BRASIL, 1987). Todavia, outros países apresentaram, em períodos pré-tratado, reivindicações. Entre elas, muito pertinente ao presente estudo, está a questão entre Argentina, Chile e Inglaterra que reivindicaram setores que se sobrepõem (CASTRO, 1976). Uma revisão futura do Tratado que passe a considerar as reivindicações territoriais poderá causar crises, as quais podem afetar a estabilidade regional da América do Sul e do Atlântico Sul.**

Ainda no âmbito de Defesa Nacional, guardando certa relação com o continente antártico, foi importante a criação do CDS, no âmbito da Unasul, em 2008, uma vez que, a exemplo de outros países em que as FA atuam de forma fundamental na logística das Operações Antárticas, também a MB é primordial no esforço logístico das OPERANTAR e pode, assim, contribuir com a consecução de um dos objetivos do CDS, qual seja, “[...] a construção de uma identidade sul-americana em matéria de **defesa** e a geração de consensos para **fortalecer a cooperação regional na área.**” (ABDUL-HAK, 2013, p. 26, **grifo nosso**). Esse é mais um fator que confirma a coerência da narrativa da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, sob o ponto de vista da Defesa Nacional.

É necessário analisar-se, ainda, **o que representa a localização geográfica da Antártica no campo da política de Defesa Nacional.**

Um primeiro aspecto é a relação da Antártica com o Atlântico Sul. Como já observado na Seção anterior, o Continente Antártico é considerado como limite do Atlântico Sul, logo, ao ser considerada a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” da PND 2012, ocorre uma importante definição das delimitações do espaço geográfico daquele entorno, particularmente no que diz respeito ao limite Sul do Atlântico Sul.

Quanto aos oceanos, a posição geográfica da Antártica é estratégica porque o continente defronta três oceanos: o próprio Oceano Atlântico, o Oceano Índico e o Oceano Pacífico. Nesse espaço o transporte marítimo brasileiro vale-se de duas rotas marítimas de importância, onde “Os navios transportando nossos produtos passam pelo Estreito de Drake, em direção à China, além de para outros países do Oceano Pacífico; e pela Rota do Cabo, em direção ao Oceano Índico e Golfo Pérsico.” (MATTOS, 2014, p. 186). Reforçando-se a importância do Estreito de Drake, a

passagem entre os oceanos Atlântico Sul e Pacífico, ele constitui uma alternativa ao Canal do Panamá⁸⁶. O Canal do Panamá vem sendo constantemente ampliado para atender a navios cada vez maiores (*neopanamax*), sendo sua última ampliação inaugurada em 2016, após nove anos de obras⁸⁷. Porém não se pode prever a construção de navios ainda maiores e fora da capacidade do canal, o que poderia aumentar a importância do Estreito de Drake, ainda mais com os problemas de seca que vem assolando, ultimamente, o Canal do Panamá⁸⁸.

4.4.3 A consolidação da análise do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”

Na análise particular da questão antártica em relação ao conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro”, foram levados em consideração, além da PEB e da política de Defesa Nacional, também os campos ambiental e científico.

O Brasil, por meio do PROANTAR, e como membro consultivo do Tratado da Antártica, têm condições de empregar sua PEB de forma a influenciar no destino da Antártica de forma decisiva, uma vez que se encontra em pé de igualdade com os demais países membros, no âmbito do Tratado.

Em termos de política de Defesa Nacional, uma mudança no regime do Tratado da Antártica poderia gerar disputas territoriais de países sul-americanos entre si, bem como com o países de outros continentes, o que poderia trazer instabilidade a nível de América do Sul e do Atlântico Sul, influenciando decisivamente nos Objetivos Nacionais de Defesa, previstos na PND. Essa é uma possibilidade que deve ser estudada e acompanhada tanto pelo MD como pelo MRE.

No aspecto econômico cabe a observação já citada de que não é possível, por força de vigência do Tratado, realizar qualquer extrativismo que vise atividade diferente da pesquisa científica. Porém, a influência se manifesta quando consideramos o clima antártico como fator de possível impacto direto no agronegócio, conforme comentado por Mattos e Câmara (2020, p. 22). Esse impacto, todavia, não é considerado decisivo, pois é provável que se possam buscar alternativas para mitigá-lo.

⁸⁶ Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/6189/Chile-busca-ampliar-presenca-na-Antartica/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁸⁷ Disponível em: <https://istoe.com.br/canal-do-panama-ampliado-e-inaugurado-com-festa/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁸⁸ Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/12/31/a-agua-esta-a-sumir-se-no-canal-do-panama>. Acesso em: 15 ago. 2020.

O campo científico, por sua vez, é importante, além do conhecimento adquirido, pela oportunidade de projeção e participação do Brasil nos diversos fóruns internacionais, contribuindo, também, para a PEB.

Numa consolidação da análise, conclui-se, portanto, que a Antártica é importante e estratégica para o Brasil, o que ratifica sua inclusão no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012. Conclui-se, ainda, que os campos de Defesa Nacional e Científico e Tecnológico, naquilo que guarda relação com a questão antártica, devem estar alinhados com a PEB, complementando-a e contribuindo com sua projeção.

4.5 A atualidade do PROANTAR

Nesse ponto do estudo, será analisada a atualidade do PROANTAR, com um panorama sobre a expressão científica e tecnológica, bastante importante para o Programa, para em seguida focar os aspectos em termos de PEB e de política de Defesa Nacional. Buscar-se-á, por fim, identificar possíveis oportunidades de melhoria ao Programa.

Na expressão Científica e Tecnológica, a partir de 2013, o MCTI adotou duas medidas importantes, a saber, o lançamento da Chamada 64/2013 e do Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil 2013-2022.

O lançamento da Chamada 64/2013, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, teve o objetivo de selecionar novos projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação relacionados à Antártica. Essa Chamada aprovou 19 projetos e contou com um aporte de R\$ 13.800.000,00 (treze milhões e oitocentos mil reais) em recursos financeiros⁸⁹. Cabe ressaltar que em 2018 foi realizada nova Chamada (21/2018), num valor global de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com 17 projetos selecionados⁹⁰.

O Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil 2013-2022 representou a oportunidade de reestruturação das pesquisas no âmbito do PROANTAR, a fim de que se contribuísse “[...] de forma expressiva para que o País se torne uma nação reconhecida internacionalmente, pelo seu elevado desempenho científico na região Antártica e Oceano Austral [...]” (NOBRE, 2013 *apud* BRASIL, 2013b, p. 1).

⁸⁹ Cabe ao CNPq a responsabilidade pela gestão do financiamento das pesquisas científicas na Antártica. (CNPQ, 2018, p. 2)

⁹⁰ CNPQ, 2019, p. 3.

Há ainda um terceiro aspecto, originado da própria Chamada 21/2018, que foi a oportunidade de a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), subordinada ao Ministério da Saúde (MS), ser selecionada para realizar um projeto de pesquisa na Antártica. Essa parceria MCTI/MD/MS resultou na inauguração de um laboratório exclusivo da Fiocruz na nova EACF, o qual viabilizará estudos para o desenvolvimento de novos medicamentos⁹¹.

Essas ações do MCTI, a partir de 2013, demonstram, no campo da Ciência e tecnologia, um PROANTAR com planejamento das atividades e integração e diversificação ainda maior entre os variados órgãos públicos.

Naquilo que diz respeito à PEB, o PROANTAR continua sendo o principal instrumento de projeção nacional no exterior para as questões antárticas. O MRE continua compondo a CIRM e participando das discussões, por meio de seus representantes, nesse e nos diversos fóruns nacionais e internacionais sobre o tema. Dessa forma, não houve real alteração na PEB por conta da inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Embora também não tenha relação com a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, um aspecto de retrocesso da PEB em relação à Antártica na atualidade foi a extinção da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR)⁹², que era presidida pelo MRE e a quem competia o assessoramento direto ao Presidente da República sobre a política antártica brasileira. Suas funções vêm sendo exercidas, extraordinariamente, pela CIRM.

A candidatura à membro permanente do CSNU tampouco prosperou até o momento, embora continue na pauta do MRE e das reuniões na ONU⁹³

No que tange à política de Defesa Nacional, quando do encaminhamento dos documentos estratégicos de Defesa para o Congresso Nacional em 2012, houve crítica por parte do Relator da proposta, o Senador JAYME CAMPOS, de que “[...] o

⁹¹ Brasil inaugura laboratório público na Antártica. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46201-brasil-inaugura-laboratorio-publico-na-antartica>. Acesso em 24 ago. 2020.

⁹² A CONANTAR foi extinta por conta do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

⁹³ Países do G4 reiteram apoio à reforma do Conselho de Segurança da ONU. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-10/paises-do-g4-reiteram-apoio-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu>. Acesso em: 25 ago. 2020.

Poder Legislativo não foi convidado a participar, de forma mais estrita e técnica, da produção desses [daqueles] documentos [...]” (BRASIL, 2012a, p. 2).

Embora tenha havido essa crítica em relação a uma falta de participação ou de discussão no Congresso Nacional, a Revista “em discussão”, Revista de audiências públicas do Senado Federal, teve a sua edição de nº 10, de março de 2012, portanto antes da data de envio da proposta dos documentos estratégicos para apreciação no Congresso Nacional, exclusivamente tratando do tema “Defesa Nacional”, inclusive com uma matéria (p. 16) intitulada “Livro Branco deve ficar pronto até junho”⁹⁴, o que demonstra que o tema e os documentos, pelo menos, eram de conhecimento do Senado Federal. Cabe ainda salientar que houve uma ampla discussão da proposta em seminários e workshops durante o ano de 2011⁹⁵, além de disponibilização dos documentos para consulta em sítio da *internet*, demonstrando a oportunidade de amplo debate oferecida pelo MD⁹⁶.

Para a revisão dos documentos em 2016, também foi aberto sítio da internet para consulta e sugestões⁹⁷.

Para a **revisão de 2020**, as propostas foram encaminhadas recentemente ao Congresso Nacional (22 de julho de 2020). **A questão antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro” não sofreu alterações em relação aos documentos de 2012 e 2016, permanecendo associada ao “Entorno Estratégico Brasileiro”, o que demonstra a consolidação da questão antártica no conceito.** Ainda não foi iniciada a consulta pública dos documentos.

Ainda no campo da Defesa Nacional, a MB anunciou a solicitação de oferta para o Projeto de Obtenção de um novo Navio Antártico, a ser construído no Brasil, para apoiar as operações e pesquisas no Continente Gelado⁹⁸. Esse fato guarda relação com a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, não em função de os recursos orçamentários terem decorrido disso,

⁹⁴ Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/29042011-defesa-livro-branco-civis-e-militares-ressaltam-em-debate-proposito-construtivo-e-democratico-da-iniciativa>. Acesso em: 25 ago. 2020.

⁹⁶ Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/livro-branco-de-defesa-nacional-uma-visao-do-processo-de-elaboracao-lbdn.htm>. Acesso em: 25 ago. 2020.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/consulta-publica-dos-documentos-estrategicos-de-defesa>. Acesso em: 25 ago. 2020.

⁹⁸ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-divulga-solicitacao-de-oferta-para-o-projeto-de-obtencao-do-navio-de>. Acesso em: 25 ago. 2020.

mas pela importância que a MB e o MD dão à questão antártica e pelo ganho em termos de estrutura logística do PROANTAR.

Essa mesma interpretação pode ser considerada para a inauguração da Nova Estação Antártica Comandante Ferraz, ocorrida em 15 de janeiro de 2020, evento fundamental e que contribui para todas as expressões estudadas do Poder Nacional, no que se relacionam com a questão antártica. Esse evento sinaliza o real comprometimento do Estado brasileiro com a pesquisa científica na região e com a importância do Continente Antártico para o Brasil.

Destaca-se também, no campo político, a existência da Frente Parlamentar de apoio ao PROANTAR, no Congresso Nacional, que certamente contribui para as melhores ações em favor do Programa.

Outro fato importante, e que permeia diversos ministérios e ações envolvidos no âmbito do PROANTAR, foi a aprovação pela CIRM, em 30 de julho de 2020, da criação de um Grupo Técnico (GT), com a função de atualizar a POLANTAR⁹⁹, que não passa por alterações desde a sua aprovação em 1987, relembrando-se que a POLANTAR é a política que trata da consecução dos objetivos do Brasil na Antártica. Coube à SECIRM (MB) a coordenação do GT, que envolve diversos órgãos, entre os quais o MRE e o MD. Será, sem dúvidas, um fator importante, em termos de inter-relacionamento de políticas (PEB e de Defesa Nacional, por exemplo), o que poderá trazer uma nova dimensão à narrativa da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Com base nas questões analisadas, vislumbra-se como **primeira oportunidade de melhoria** o aproveitamento do trabalho do GT POLANTAR para avaliar a necessidade de recriação do CONANTAR, ou a criação de novo órgão consultivo, ou até mesmo de readequação das responsabilidades da CIRM, passando a acolher aquelas pertinentes ao extinto CONANTAR.

Uma **segunda oportunidade de melhoria** vislumbrada seria a realização de um estudo para aproximação da PND com a POLANTAR, também dentro do trabalho do GT POLANTAR, particularmente quanto à inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”. O estudo compreenderia um esforço conjunto, uma vez que

⁹⁹ Resolução nº 16, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU nº 150/2020, Seção 1, p. 13.

Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=13&data=06/08/2020&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 25 ago. 2020.

dentro do GT já existem representantes do MD, do MRE e do Comando da Marinha. Por parte do MD, seria realizado um maior detalhamento do “Entorno Estratégico Brasileiro” e do que se espera da Antártica nesse contexto, com apoio e sugestões dos MRE, MCTI e Comando da Marinha, especialmente. Por parte do GT, como um todo, caberia incorporar os conceitos, contribuindo para uma redação mais completa da POLANTAR. Ao final, o resultado seria de se disporem de dois documentos de alto nível do Governo Federal, completamente alinhados aos anseios e objetivos nacionais, no que diz respeito à questão antártica.

Como **terceira oportunidade de melhoria**, o MRE poderia aproveitar, de maneira mais eficiente, a positiva visibilidade internacional proporcionada pelo PROANTAR no estabelecimento da PEB.

5 CONCLUSÃO

A Antártica, com sua amplitude de 14 milhões de Km² de terras localizadas ao sul do paralelo 60° S, um verdadeiro “Continente Gelado”, possui características de clima extremas, tornando-se praticamente inóspita ao ser humano.

Mesmo com tais características, o homem não se furtou em explorá-la, inicialmente degradando sua fauna, com a era da caça à mamíferos, como as baleias e as focas, no século XIX, depois por uma era das descobertas territoriais e das grandes expedições de Amundsen e de Scott, a então chamada era heroica, no início do século XX, a qual deu partida à fase de pesquisas científicas, que permanece até os dias atuais. O homem também mostrou seu interesse, nesse interim, de demarcar e ditar sua soberania sobre partes do continente, com propostas de vários países, sob os mais diversos argumentos, muito embora nenhuma tenha sido confirmada pela comunidade internacional até hoje.

Em meio a esse ambiente de pesquisas científicas e de toda a politização que envolvia interesses territoriais, a fim de serem reguladas as atividades naquela região, em 1959, por iniciativa dos EUA, em conjunto com os 11 países que protagonizavam pesquisas naquela região, foi assinado o Tratado da Antártica.

O Brasil aderiu ao Tratado em 1975 e foi aceito como membro consultivo deste em 1983. Desde 1982, realiza pesquisas científicas naquele continente, onde estabeleceu, também, uma base científica permanente, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Na atualização de um dos documentos estratégicos de defesa, em 2012, a saber, a Política Nacional de Defesa (PND), a Antártica foi inserida no contexto do “Entorno Estratégico Brasileiro”.

O presente estudo, então, buscou, como objetivo, analisar os fatores que levaram à narrativa da Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”, a partir da PND 2012, bem como sua pertinência. Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos intermediários: 1- apontar aspectos históricos do Continente Antártico; 2- definir o Sistema do Tratado da Antártica (STA); 3- descrever a relação do Brasil com a Antártica e o STA; 4- apontar as principais alterações na PND 2012 em relação às suas versões anteriores, no que concerne à questão antártica; 5- definir o conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro” a ser considerado nas análises do presente estudo; 6- analisar a política externa brasileira e a política de Defesa Nacional entre 2003 e 2012; 7- analisar as implicações atuais

na política externa brasileira e a política de Defesa Nacional, em virtude da inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”; e 8- identificar oportunidades de melhoria nessas políticas. Levantou-se, ainda, a hipótese de que a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012 ocorreu por influência do contexto da política externa brasileira, junto ao MD.

Em termos de aspectos históricos, o atingimento do **objetivo intermediário nº 1** ocorreu no item 4.1 da Seção 4, do qual é importante destacar que, desde sua descoberta, já houve polêmica e disputas entre países, nas questões da própria descoberta do continente antártico. Problemas de tradução do diário do russo Bellingshausen, quem primeiro avistou o território, em 27 de janeiro de 1820, mantiveram o fato encoberto por décadas, sendo a descoberta temporária e erradamente atribuída ao inglês Braisfield, cuja expedição avistara a Antártica apenas três dias após a expedição de Bellingshausen.

Após o período de atividades de caça a mamíferos e em paralelo com as expedições exploratórias e científicas do início do séc. XX, também cabe destacar que, de 1908 a 1940, sete países já haviam contestado território e respectiva soberania sobre parcela da Antártica. Entre eles, o caso emblemático de Argentina, Chile e Inglaterra, cujos setores requeridos se sobrepõem. Essa questão territorial entre os três países é importante e será abordada novamente mais adiante.

Seguindo a linha do tempo, finalmente se destaca que, em 1952, a comunidade científica internacional iniciou a organização do chamado Ano Geofísico Internacional (AGI) que ocorreria entre julho de 1957 e dezembro de 1958, no qual 12 países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União Soviética) participaram como protagonistas, sendo responsáveis pelo estabelecimento de 50 estações de pesquisa na Antártica. Esses mesmos países, por iniciativa dos EUA, reuniram-se em 1958 na Conferência de Washington, para discutir a questão do continente, tendo como resultado a assinatura, em 1959, e vigência a partir de 1961, do Tratado da Antártica.

No que diz respeito ao **objetivo intermediário nº 2**, o STA também foi definido no item 4.1 da Seção 4, ressaltando-se as principais características do seu documento principal, o Tratado da Antártica, quais sejam: utilização da região para propósitos pacíficos, liberdade de investigação científica, promoção da cooperação internacional científica, proibição, naquele continente, de explosões nucleares e de

lançamento de material radioativo residual e interrupção de novas reivindicações territoriais.

O segundo importante documento do STA, e que complementa o primeiro Tratado, é o Protocolo de Madri, ou Protocolo ao Tratado da Antártica sobre proteção ao meio ambiente, ratificado em 1998, que, entre outras características, designa a Antártica como reserva natural e proíbe o extrativismo mineral, que não para fins da ciência. Em seus anexos trata de impacto ambiental, conservação das fauna e flora antárticas, disposição e manejo de resíduos, prevenção de poluição marinha e regime de áreas protegidas da Antártica.

À medida em que o Tratado da Antártica foi amadurecendo, novas regras e instrumentos, como o próprio Protocolo de Madri, foram adicionados ao que hoje se chama de Sistema do Tratado da Antártica (STA).

Para analisar a relação do Brasil com a Antártica e com o STA, cumprindo o **objetivo intermediário nº 3**, discorreu-se sobre o assunto nos itens 4.2 e 4.3 da Seção 4, onde se apresenta que o interesse do país naquela região era insipiente até a época do AGI (1957-1958), o que fora uma das justificativas de não ter sido convidado para a Conferência de Washington. (CASTRO, 1976, p. 110). Uma das vozes que ecoava a questão antártica, à época, era a Professora Therezinha de Castro, que buscava introduzir o “critério da defrontação” para a realização de uma partilha da Antártica, para uma posição territorialista do Brasil em relação ao continente.

Influenciado pela teoria da Professora Therezinha de Castro, o então Deputado Federal Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes trouxe a questão territorialista para o Congresso Nacional, em Sessão do dia 28 de novembro de 1970, porém, passados seus 4 anos de mandato, não conseguiu levar adiante a empreitada. Aliás, não se tem registro de já haver sido cogitada como posição oficial do Governo Brasileiro.

O Brasil só veio a aderir ao Tratado da Antártica em 1975, porém ações efetivas tomaram corpo apenas em 1982, com a criação da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, e do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), esse último no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que é coordenada pelo MD (seu Coordenador é o Comandante da Marinha). Foi também o ano em que foi organizada

a primeira expedição brasileira ao Continente, a Operação Antártica I (OPERANTAR I).

Em 1987, foi aprovada a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR).

Outro colegiado associado à questão antártica é o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA), instituído, em 1996, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Dessa forma, a política antártica brasileira e a consequente execução por parte do PROANTAR integram as diretrizes maiores emanadas da POLANTAR, além de considerar as resoluções da CONANTAR e da CIRM e as orientações do CONAPA, todas alinhadas à PEB. Como o PROANTAR promove a pesquisa científica de qualidade na Antártica, assegurando a participação nacional nos fóruns de discussão e de tomada de decisão sobre aquela região, pode-se afirmar que o PROANTAR instrumentaliza a Política Antártica Brasileira, que contribui para a própria projeção da PEB.

Em cumprimento ao **objetivo intermediário nº 4**, recorre-se aos itens 3.3 e 4.4, onde foram apontadas as alterações na PND 2012, particularmente relacionadas à Antártica, dentre as quais destacam-se:

a) consolidação da expressão “entorno estratégico”. A expressão surgira na versão anterior (PDN 2005), e abrangia a região formada pela América do Sul, o Atlântico Sul e os países limítrofes da África;

b) inclusão da Antártica nessa região, mantendo-se a América do Sul, o Atlântico Sul e os países limítrofes da África;

c) menção à possibilidade de intensificação de disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados; e

d) menção às graves consequências sociais decorrentes das mudanças climáticas, com reflexos na ação do Estado e nas relações no Sistema Internacional.

Quanto ao **objetivo intermediário nº 5**, a análise sobre o conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro” foi realizada por meio dos itens 3.4 e 4.4, concluindo-se, à luz do estudo, pela adoção do conceito de “Entorno Estratégico Brasileiro” de Fiori (2013, p. 32), a saber, “[...] a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar [...]”. Definiu-se, ainda, considerar a região citada por Fiori (2013) conforme descrita

na PND 2012, abrangendo a América do Sul, o Atlântico Sul, os países limiados da África e a Antártica (BRASIL, 2012c, subitem 4.1).

Tratando-se da análise da Política Externa Brasileira e da Política de Defesa Nacional no período de 2003 a 2012, e o conseguinte atingimento do **objetivo intermediário nº 6**, buscou-se, nos itens 3.1 a 3.3 e 4.4, caracterizar, primeiramente, o ambiente em que o país se encontrava no período, no campo econômico e social, para depois analisar cada uma das políticas citadas.

Assim, em termos de economia, o Brasil sofreu, naquele período, o impacto da crise financeira mundial de 2008. O então governo do ex-Presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010) contornou a questão por meio de medidas econômicas e de desembolsos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que levou o país a, já em 2009, obter um dos melhores desempenhos entre os países do G-20 e, em 2010, apresentar um crescimento e uma recuperação da economia muito superior, por exemplo, aos EUA e à União Europeia.

No campo social do Governo Lula, além de uma série de programas implementados, como o “Fome Zero” e o “Bolsa-Família”, destacou-se, em 2010, a queda na taxa de desemprego, que atingia o nível mais baixo desde 2003.

Esses aspectos traziam um clima de euforia e de desenvolvimento no ambiente econômico-social do país, com uma estabilidade interna que servia como suporte para uma projeção mais expressiva no ambiente internacional.

Já permeando, então, o campo da PEB, esse fator de sua projeção foi ainda intensificado pelas características da proatividade do então Presidente Lula, conduzindo de forma praticamente pessoal os assuntos de política externa (diplomacia presidencial).

Ainda quanto à PEB, em relação à América do Sul, foi um período de alianças e financiamentos em apoio à consecução do objetivo de integração regional, com a constituição, em 2004, da Casa, cuja nomenclatura fora substituída, em 2008, para União das Nações Sul-Americanas (Unasul), a qual, junto com o Mercosul, formava a base para o adensamento da integração sul-americana até 2010. Com tal integração encaminhada, houve também espaço para que se direcionasse a PEB para além do Continente Sul-americano.

Um dos objetivos principais do Governo Lula, em termos de projeção internacional do Brasil, era a campanha para reivindicação de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Nesse intento, em busca de

apoio ao seu pleito, houve um esforço em exercer influência em países da África, na participação nos diversos fóruns internacionais, como os BRICS, o IBAS e o G-20, além da participação do Brasil na MINUSTAH.

Comentando-se mais especificamente sobre a relação da questão antártica com a PEB, conforme citado alguns parágrafos acima, ao discorrer sobre o objetivo intermediário nº 3, concluiu-se que sendo o PROANTAR integrador e executor direto da política antártica brasileira e sendo essa política alinhada à PEB, logo o PROANTAR contribui para a projeção da PEB. Essa conclusão fica ainda mais evidente quando se vislumbra que o PROANTAR é promotor da pesquisa científica de qualidade na Antártica, assegurando a participação nacional nos fóruns de discussão e de tomada de decisão, dentro do STA, sobre aquela região.

Dessa forma, na moldura temporal do estudo, a participação do Brasil nos fóruns de discussão do STA poderia ser mais uma importante oportunidade de robustecer o perfil da projeção internacional brasileira no seu intento junto ao CSNU. Isso tornaria coerente a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, num contexto de alinhamento da PEB com a política de Defesa Nacional.

Por sua vez, a elevação da importância da questão antártica, incluindo-a como estratégica no contexto do documento de mais alto nível da Defesa Nacional (a PND), demonstraria um claro sinal do nível de comprometimento do Estado com aquela região, fato que seria extremamente positivo para a imagem do Brasil, que, no início de 2012, havia sofrido o acidente de incêndio na Estação Antártica, e que seria, ainda em 2012 e em anos próximos, anfitrião de diversos eventos de destaque internacional sobre a Antártica e sobre o meio ambiente, como a Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos (RAPAL), em 2012 e a Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (*Antarctic Treaty Consultative Meeting – ATCM*) em 2014, além da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), também em 2012, que marcava os 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Uma vez mais estaria pertinente a inclusão da Antártica no conceito, sob o enfoque da PEB.

Em termos de política de Defesa Nacional, 2003 a 2012 foi um período marcado por uma agenda intensiva de elaboração e de atualização de documentos estratégicos da Defesa Nacional, a saber: a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, as revisões (PND e END) de 2012 (sendo que a Política fora alterada para Política Nacional de Defesa) e o lançamento do Livro Branco de Defesa

Nacional (LBDN) de 2012. Dessa forma, foi um momento propício à discussão e inclusão de novos temas no debate da Defesa Nacional e a questão antártica certamente foi um desses novos temas, tendo sido incluída na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Ainda na análise de fatores de influência no campo da Defesa, relacionados ao entorno estratégico e à questão Antártica, recorreu-se, a dois grandes geopolíticos brasileiros, que trouxeram, ambos, às suas épocas, estudos e conceitos que, em termos de espaço geográfico, muito se aproximam do que se convencionou como “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012, inclusive com menção à Antártica, o que pode ter contribuído para a decisão de ser incluída a Antártica, no referido conceito.

Levantou-se ainda se teria havido um processo de securitização, dentro de uma nova estrutura de estudos de segurança proposta por Buzan, Wæver e Wilde (1998), processo esse com base no campo ambiental, do tema antártica, o que teria motivado a narrativa do da PND 2012, ao que se concluiu que não.

Analisaram-se também as Atas das Reuniões da CIRM desde 2003, relembando-se que à CIRM compete a coordenação do PROANTAR e não foram encontrados indícios de uma motivação formal do MRE ou da MB, junto ao MD, para inclusão da Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Considerou-se, em outro ponto da análise, importante o fato da criação do CDS em 2008, dentro da Unasul, em que o a MB, que realiza o esforço principal de logística do PROANTAR, pode inter-relacionar-se com outras FA da América do Sul que também realizem operações antárticas, contribuindo com a consecução de um dos objetivos do CDS, qual seja, “[...] a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional na área.” (ABDUL-HAK, 2013, p. 26) e com a própria estabilidade regional, fortalecendo a Defesa Nacional e a PEB. Trata-se de outro fator, pois, que confirma a coerência da narrativa da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, sob o ponto de vista da Defesa Nacional.

Mantendo-se no assunto de estabilidade regional como fator de fortalecimento da Defesa Nacional e da PEB, a questão antártica possui um histórico de reivindicações territoriais no Continente. Embora não haja proposta brasileira nesse sentido, outros países a fizeram e, dentre eles, é digno de destaque o caso entre Argentina, Chile e Inglaterra que reivindicaram setores que se sobrepõem. Na

eventualidade de uma revisão futura do Tratado que passe a considerar a possibilidade de reivindicações territoriais, poderão surgir crises, as quais poderiam afetar a estabilidade regional da América do Sul e do Atlântico Sul. Esse é um fator intrínseco de Defesa Nacional, que certamente demonstra a necessidade e a pertinência de a Antártica pertencer ao “Entorno Estratégico Brasileiro”.

No item 4.5, foi analisada a atualidade do PROANTAR e, como parte de seu conteúdo, foram analisadas as implicações atuais na PEB e na política de Defesa Nacional, em virtude da inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”, a fim de cumprir **o objetivo intermediário nº 7**.

Quanto à PEB, o PROANTAR permanece como principal instrumento de projeção nacional no exterior para as questões antárticas. Representantes do MRE continuam participando das discussões nos diversos fóruns nacionais e internacionais sobre o tema. Dessa forma, não houve real alteração na PEB por conta da inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Com relação à política de Defesa Nacional, o primeiro aspecto a ser considerado é que, mesmo após duas atualizações, a da PND 2016 e nova atualização (PND 2020) em apreciação no Congresso Nacional, a questão antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro” não sofreu alterações em relação ao documento de 2012, permanecendo associada ao “Entorno Estratégico Brasileiro”, o que demonstra a consolidação da questão antártica no conceito.

Ainda no campo da Defesa Nacional, destaca-se o Projeto de Obtenção pela MB de um novo Navio Antártico, para apoiar as operações e pesquisas no Continente Gelado. Esse fato guarda relação com a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” porque demonstra a importância que a MB e o MD dão à questão antártica e pelo ganho a ser obtido em termos de estrutura logística do PROANTAR.

Essa mesma interpretação foi considerada, também no campo da política de Defesa Nacional, para a inauguração da Nova Estação Antártica Comandante Ferraz, ocorrida em 15 de janeiro de 2020, evento fundamental e que sinaliza o real comprometimento do Estado brasileiro com a pesquisa científica na região e com a importância do Continente Antártico para o Brasil.

Como último fato, ainda em termos de política de Defesa Nacional, mas que se relaciona também com a PEB, uma vez que permeia diversos ministérios e ações envolvidos no âmbito do PROANTAR, foi a aprovação pela CIRM, em 30 de julho de 2020, da criação de um Grupo Técnico (GT), com a função de atualizar a POLANTAR

de 1987. Coube à SECIRM (MB) a coordenação do GT, em cujos trabalhos, sem dúvidas, haverá um significativo inter-relacionamento de políticas (PEB e de Defesa Nacional, por exemplo), o que poderá trazer uma nova dimensão à narrativa da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”.

Em relação ao **objetivo intermediário nº 8**, os apontamentos apresentados no item 4.5, bem como suas respectivas análises, permitiram identificar três oportunidades de melhorias, que são apresentadas abaixo, a fim de comporem reflexões futuras:

1) o aproveitamento do trabalho do GT POLANTAR para avaliar a necessidade de recriação do CONANTAR, ou a criação de novo órgão consultivo, ou até mesmo de readequação das responsabilidades da CIRM, que passaria a acolher aquelas pertinentes ao extinto CONANTAR;

2) realizar um estudo para aproximação da PND com a POLANTAR, também no ensejo do trabalho do GT POLANTAR, particularmente quanto à inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro”. O estudo compreenderia um maior detalhamento do “Entorno Estratégico Brasileiro” e do que se espera da Antártica nesse contexto, com apoio e sugestões dos MRE, MCTI e Comando da Marinha, especialmente. Por parte do GT, como um todo, caberia a incorporação dos conceitos, contribuindo para uma redação mais completa da POLANTAR. O resultado seria a disposição de dois documentos de alto nível do Governo Federal, completamente alinhados aos anseios e objetivos nacionais, no que diz respeito à questão antártica.

Como parte ainda da conclusão do estudo, cabe a validação da hipótese, levantada ao início, de que a inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012 ocorreu por influência do contexto da PEB, junto ao MD.

O presente estudo levantou diversos aspectos que, em maior ou menor grau, justificariam ou que tornam coerente a inclusão da questão antártica na narrativa do “Entorno Estratégico Brasileiro”. Apresentaram-se conceitos geopolíticos, aspectos geográficos, questões econômicas, ambientais e científico-tecnológicas, mas, principalmente, de Defesa Nacional e de política externa.

De fato, na moldura temporal de 2003-2012, o ambiente econômico-social interno, de uma forma geral, estabilizado e o ambiente regional em ritmo de integração, associados a uma diplomacia presidencial ativa, tornava a projeção da PEB incontestável, o que certamente influenciava a formulação das políticas públicas,

e a PND não seria exceção. Nesse contexto o PROANTAR e sua visibilidade poderiam contribuir.

Soma-se a isso o comprovado intenso inter-relacionamento da política de Defesa Nacional e da PEB, à época, que, não bastasse a relação entre os ministérios (MRE e o MD), contou com a personalidade o ex-Chanceler Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores do Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) e como Ministro da Defesa no primeiro Mandato do Governo Dilma.

Dessa forma, pode ser confirmada a hipótese de influência do contexto da PEB, junto ao MD, na inclusão da Antártica no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012.

Conclui-se, por fim, que a Antártica é importante e estratégica para o Brasil, o que ratifica sua inclusão no “Entorno Estratégico Brasileiro” a partir da PND 2012.

Tendo sido analisados os fatores que levaram à narrativa da Antártica como parte do “Entorno Estratégico Brasileiro”, a partir da PND 2012, além de ter sido confirmada a pertinência de tal fato, conclui-se o presente estudo.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, A. P. N. T. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil (CDS)**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1051-Conselho_de_Defesa_Sul_Americano.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

ACIMA das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. **DATAFOLHA**, São Paulo, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 13 mai.2020.

A ÁGUA está a sumir-se no Canal do Panamá. **EURONEWS**, Lyon, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/12/31/a-agua-esta-a-sumir-se-no-canal-do-panama>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ALMEIDA SILVA, A. R. A situação da Segurança no Atlântico Sul e na África Lusófona e suas implicações para a Defesa Nacional. *In*: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **A situação da Segurança no Atlântico Sul e na África Lusófona e suas implicações para a Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, p. 28-38, 2015. Disponível em: <https://www.esg.br/publi/asituaodasegurananoatlanticosulenaafrica.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

AMORIM, C. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no ministério da defesa (2011-2014)**. Brasília: FUNAG; [São Paulo]: Unesp, 2016. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1145-A-Grande-Estrategia-do-Brasil_FINAL_25_04.pdf. Acesso em 31 jul. 2020.

AMORIM, C. A situação da Segurança no Atlântico Sul e na África Lusófona e suas implicações para a Defesa Nacional. *In*: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **A situação da Segurança no Atlântico Sul e na África Lusófona e suas implicações para a Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, p. 6-18, 2015. Disponível em: <https://www.esg.br/publi/asituaodasegurananaamricadosulesuasimplicoesna-defesa-nacional.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

AMORIM, C. Desafios e oportunidades para a Defesa no entorno estratégico brasileiro. *In*: JORNADA ESTRATÉGICA DA CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DO EMCFA, 1., 2014, Brasília, DF. **Palestra de abertura [...]** Brasília: MD, 2014. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/novembro/defesa_no_entorno_estrategico_brasileiro.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

ANDRADE I. O. et al. **O Brasil na Antártica: a importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8901/1/td_2425.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

ANDRADE I. O.; HAMANN E. P.; SOARES M. A. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades.** Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

ANTARCTIC TREATY CONSULTATIVE MEETING. **Protocol on Environmental Protection to the Antarctic Treaty.** Buenos Aires: ATCM, 1991. Disponível em: https://documents.ats.aq/recatt/Att006_e.pdf. Acesso em 16 ago. 2020.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. *In*: SADER, Emir. (Org.) **10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo Editorial, p. 69-102, 2013.

BARROS, D. N. **A Cooperação Sul-Sul Índia/Brasil/África do Sul (Ibas) durante os Governos Lula (2003-2010): Potencialidades e Limites.** 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280959/1/Barros_DeolindoNunesde_D.pdf. Acesso em 19 mai. 2020.

BLAKEMORE, E. Quem realmente descobriu a Antártida? Depende para quem você pergunta. **National Geographic**, Washington DC, 13 fev. 2020.

Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/02/quem-realmente-descobriu-antartida-dependera-para-quem-voce-pergunta>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BNDES. **Relatório Anual BNDES (2008).** Rio de Janeiro: BNDES, 2008. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/927/4/RA2008_final_BD.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo nº 373, de 2013.** Brasília-DF: Congresso Nacional, 2013a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. **Parecer nº 51, de 2012-CN.** Brasília-DF: Congresso Nacional, 2012a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-anexo-pl.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **O fomento à pesquisa científica no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.** Brasília: CNPQ, 2018. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/publicacoes/rapal/documentos/di/DI-63%20-%20Conselho%20Nacional%20de%20Desenvolvimento%20Cient%C3%ADfico%20e%20Tecnol%C3%B3gico%20-%20CNPq.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 1.791, de 15 de janeiro de 1996**. Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1791.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974**. Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1974. Revogado pelo Decreto nº 3.939, de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D74557.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982**. Cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D86829.htm. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982**. Atribui à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1982. Revogado pelo Decreto nº 10.346, de 2020 (Vigência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D86830.htm. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 94.401, de 3 de junho de 1987**. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos. Brasília, DF: Presidência da República, 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94401.htm. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [2010a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97compilado.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL oficializa saída da Unasul. **DW Brasil**, Bonn, 16 abr. 2019b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-oficializa-sa%C3%ADda-da-unasul/a-48348335>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Marinha. **Amazônia Azul**. Brasília-DF: MB, c2019c. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/amazonia-azul.html. Acesso em 1 ago. 2020.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-322: O Posicionamento da Marinha do Brasil nos principais assuntos de interesse naval.** Brasília, DF: EMA, 2017a.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha - PEM 2040.** Brasília: EMA, 2020a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pem2040/book.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Marinha. Marinha do Brasil divulga Solicitação de Oferta para o Projeto de Obtenção do Navio de Apoio Antártico. **MB**, Brasília, 9 jun. 2020b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-divulga-solicitacao-de-oferta-para-o-projeto-de-obtencao-do-navio-de>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Marinha. **Programa Antártico Brasileiro.** Brasília: SECIRM, [2020c]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar>. Acesso em: 9 abr. 2020.

BRASIL. Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Atas das Reuniões da CIRM.** Brasília, DF: SECIRM, 2020d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/atas>. Acesso em 7 ago. 2020.

BRASIL. Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Regimento da CIRM.** Brasília, DF: SECIRM, 2019d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/documentos/cirm/regimento.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

BRASIL. Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri.** 2. ed. Brasília, DF: SECIRM, 2016a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/tratado-protocolo-madri.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação. **Ciência Antártica para o Brasil: Plano de Ação 2013-2022.** Brasília: MCTI, 2013b. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/inctcriosfera/arquivos/231154.pdf>. Acesso em 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Aberta a consulta pública dos Documentos Estratégicos de Defesa. **MD**, Brasília, [2017b]. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/consulta-publica-dos-documentos-estrategicos-de-defesa>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF: MD, 2016b. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 7 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco: civis e militares ressaltam, em debate, propósito construtivo e democrático da iniciativa. **MD**, Brasília, 29 abr. 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas->

noticias/29042011-defesa-livro-branco-civis-e-militares-ressaltam-em-debate-proposito-construtivo-e-democratico-da-iniciativa. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília-DF: MD, 2012b. Aprovada em 26 set. 2013 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 373, de 2013. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/144>. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2016c. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. **MD**, Brasília, 24 jul. 2020e. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 35 – G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília-DF: MD, 2007. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília-DF: MD, 2005. Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília-DF: MD, 2012c. Aprovada em 26 set. 2013 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 373, de 2013. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília-DF: MD, 2016d. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020f. Em apreciação no Congresso Nacional. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 9 set.2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. **MD**, Brasília, [2020g]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL, Ministério da Defesa. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). **MD**, Brasília, 21 mar. 2014, atualizado em 24 jun. 2020h. Disponível

em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil inaugura laboratório público na Antártica. **MS**, Brasília, 15 jan. 2020, atualizado em 16 jan. 2020i. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46201-brasil-inaugura-laboratorio-publico-na-antartica>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. **MRE**, Brasília, [2020j]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. **MRE**, Brasília, [2020k]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. O Brasil no G-20. **MRE**, Brasília, [2020l]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>. Acesso em: 6 mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. De volta à Antártica. **MMA**, Brasília, 8 fev. 2013c. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/9043-de-volta>. Acesso em 13 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Balanco de Governo 2003-2010**. Brasília-DF: PR, c2010b. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/clientes/balanco/balanco/insercao-no-cenario-mundial-e-soberania>. Acesso em: 6 mai. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Ex-Presidente Dilma Vana Rousseff**. Brasília-DF: PR, [2016?e]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília-DF: PR, [2011?b]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em 12 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília-DF: SECOM, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em 27 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 16, de 30 de julho de 2020**. Que aprova a criação do Grupo Técnico (GT) POLANTAR, designa os órgãos para comporem o GT POLANTAR, e delega competência ao Secretário da CIRM para nomear os representantes dos membros do GT. Brasília, DF: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar,

2020m. Publicada no D.O.U. nº 150, de 6 de agosto de 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=13&data=06/08/2020&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Nota à imprensa sobre o acidente na Estação Antártica Comandante Ferraz. **Secom**, Brasília, 25 fev. 2012d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/notas-oficiais/notas-oficiais/nota-a-imprensa-acidente-na-estacao-antartica-comandante-ferraz>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Livro Branco deve ficar pronto até junho. **em discussão**, Brasília, ano 3, n. 10, p. 16, mar., 2012e. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Resenha Mensal (269, II, do RISF) Outubro/2011**. Brasília-DF: Senado Federal, 2011c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/32086/10%20-%20Resenha%20de%20Outubro%20de%202011>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Livro Branco de Defesa Nacional: uma visão do processo de elaboração: LBDN. **TCU**, Brasília, 13 jun. 2012f. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/livro-branco-de-defesa-nacional-uma-visao-do-processo-de-elaboracao-lbdn.htm>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CANAL do Panamá ampliado é inaugurado com festa. **ISTOÉ**, São Paulo, 26 jun. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/canal-do-panama-ampliado-e-inaugurado-com-festa/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CARDONE, I.J. O Brasil e a Antártida: entre o territorialismo e a promoção da ciência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre, DF. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/CARDONE-2015-O-Brasil-e-a-Ant%C3%A1rtida.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

CARVALHO, G. O. G. **A Cooperação Internacional na área de Defesa como instrumento da Política Externa Brasileira no seu entorno estratégico**. 2017. Artigo (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34918>. Acesso em: 2 ago. 2020.

CASTRO, T. Antártica. In: SANTOS, M. A. M. (org.) **Geografia e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 367-397, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16->

Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

CASTRO, T. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1976.

COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO RIO+20. **Sobre a Rio+20**. Rio de Janeiro: Comitê Nacional de Organização Rio+20, c2011. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 25 ago. 2020.

CONHEÇA os BRICS. **IPEA**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 6 mai. 2020.

CORRÊA, L. F. S. (org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011**. 3. ed. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/996-O-brasil-nas-nacoes-unidas-1946-2011.pdf>. Acesso em 2 ago. 2020.

COSTAS, R. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. **BBC Brasil**, São Paulo, 13 mai. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 18 ago. 2020.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica del Brasil**. Tradução: Paulo R. Schiling. Cidade do México: El Cid, 1978.

DANESE, S. Diplomacia Presidencial. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/diplomacia-presidencial.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DEOS, S. S.; WEGNER, R. Cooperação financeira e o financiamento da infraestrutura na América do Sul. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 69-89, 2010. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/226/140>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DESIDERÁ NETO, W. A. A Evolução do Funcionamento do Mercosul como coalizão internacional (1991-2012). *In*: ENCONTRO NACIONAL ABRI. 5., 2015, Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Paulo: ABRI, 2015. p. 1-32. Disponível em: <http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=14%20#W>. Acesso em: 18 ago.2020.

DOMINGOS NETO, M. Políticas de defesa e segurança para o Atlântico Sul no século XX. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 17-32, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/386/286>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DUARTE, P. *Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa*. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 501-529, jul/dez, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cint/v34n2/a05v34n2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ECONOMIA brasileira cresce 7,5% em 2010, maior alta em 24 anos. **UOL**, São Paulo, 3 mar. 2011. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/03/03/economia-brasileira-tem-maior-crescimento-desde-1986.htm>. Acesso em: 12 mai. 2020.

ECONOMIA brasileira cresce 7,5% em 2010, mostra IBGE. **G1**, São Paulo, 3 mar. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/economia-brasileira-cresce-75-em-2010-mostra-ibge.html>. Acesso em: 12 mai. 2020.

ENTORNO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entorno/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019.

ESTRUTURA e origens do G20. **VEJA**, São Paulo, 15 jun. 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/estrutura-e-origens-do-g20/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

EXPORTAÇÕES do agronegócio brasileiro em 2010 registram novo recorde. **CANAL RURAL**, São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/exportacoes-agronegocio-brasileiro-2010-registram-novo-recorde-18258/>. Acesso em 12 mai. 2020.

FARIA, C. A. P.; NOGUEIRA, J. L. M.; LOPES, D. B. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 175-220, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 mai. 2020.

FARIA M. R. F. Entrevista com a Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço sobre a ATCM. **Ministério das relações Exteriores – Brasil**: 28 abr. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/kllicytZuVY>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FERREIRA, F. R. G. **O sistema do Tratado da Antártica**: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2009. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/609-Sistema_do_tratado_da_Antartica_O.pdf. Acesso em 2 ago. 2020.

FERREIRA, R.R. A Amazônia Azul e o Atlântico Sul e Tropical. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 130, n.04/06, p. 127-140, 2010. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_2-2010.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir. (Org.) **10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 31-51, 2013.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Comunidade Sul-Americana de Nações:** documentos. Brasília: FUNAG, 2005. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

GARCEZ, B. Brasil é eleito para o Conselho de Segurança da ONU. **BBC**, Washington DC, 15 out. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091015_brasilconselhoonu_bg. Acesso em: 12 mai. 2020.

GOLDONI, L. R. F.; CERIBELLI, S. N. Relações do Brasil com África do Sul e Angola: esforços para a manutenção da segurança no Atlântico Sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 202-221, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/63851>. Acesso em: 31 jul. 2020.

GONÇALVES, F. C. N. Articulações e tensões: política externa e política de defesa no Brasil e na Colômbia. *In*: Congresso Latinoamericano de Ciência Política. 9., 2017, Montevidéo. **Anais [...]**. Montevidéo: ALACIP, 2017. p. 1-23. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6lnBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJjRf9BUIFVSVZPIjtzOjQ6IjE2NTUiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiYWUwNTA4ZWU2NjQ1MWQ0MGVINzllN2QzNDEwMjE5ZDkiO30%3D>. Acesso em: 6 ago. 2020.

GOVERNO lança programa Fome Zero. **MEMORIAL DA DEMOCRACIA**, São Paulo, 30 jan. 2003 Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/combate-a-fome-entra-na-agenda-nacional>. Acesso em: 7 jul. 2020.

HULSE, J. Chile busca ampliar presença na Antártica. **DEFESANET**, Brasília, 29 mai. 2012. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/6189/Chile-busca-ampliar-presenca-na-Antartica/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION. **Limits of Oceans and Seas** (Special Publication n° 28). 3. ed. Monte Carlo: IHO, 1953. Disponível em: <https://epic.awi.de/id/eprint/29772/1/IHO1953a.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.
KÜRTEEN, J. 1912: Expedição de Robert Falcon Scott ao Polo Sul termina em tragédia. **DW Brasil**, Bonn, [29 mar. 2020]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1912-expedição-de-robert-falcon-scott-ao-polo-sul-termina-em-tragédia/a-782527>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LANDAU, G.D. A Diplomacia Latino-Americana do Governo Lula. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 4, p. 11-24, 2010. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=144b9b50-a09a-0445-f112-2f66db142c2d&groupId=252038. Acesso em: 18 ago. 2020.

MATTOS, L. F. A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165-191, jan/jun, 2014. Disponível em:

<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/193/155>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MATTOS, L. F.; CÂMARA, P. E. A. S. A ciência antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 140, n.01/03, p. 15-23, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342480486_A_CIENCIA_ANTARTICA_CO_MO_FERRAMENTA_GEOPOLITICA_PARA_O_BRASIL. Acesso em: 16 ago. 2020.

MEDEIROS, S. E.; PINTO D. J. A. International Reputation and Smart Power: Brazil' strategies lumping together reliability and power projection. *In*: FLACSO-ISA Joint International Conference, 2014, Buenos Aires. **Anais** [...]. Connecticut: ISA, 2014. p. 1-20. Disponível em: <http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/be03eaf9-7432-4cdd-a0bf-b6daec83bf1c.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

MILITARY STRENGTH RANKING 2020. **Global Firepower**, 2020. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em: 2 ago. 2020.

MÓDULO Criosfera 1 completa um ano em atividade. **UFRGS**, Porto Alegre, 8 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/modulo-criosfera-1-completa-um-ano-em-atividade>. Acesso em: 5 ago. 2020.

NYE, J. S. **The Future of Power**. Nova Iorque: Public Affairs, 2011.

OKADO, G. H. C. Política externa, segurança e defesa: um estudo do governo Lula. *In*: ENCONTRO NACIONAL ABRI. 3., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ABRI, 2011. p. 1-16. Disponível em: http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Politica_Externa/PE%2016_Giovanni%20Hideki%20Pol+%A1tica%20externa,%20seguran+%BAa%20e%20defesa%20um%20estudo%20do%20governo%20Lula.pdf. Acesso em: 19 jul.2020.

OLIVEIRA, C. A. A CPLP como instrumento de Política Externa Brasileira e de desenvolvimento para os PALOP. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 30-53, ago./set. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71245/40444>. Acesso em: 27 jul. 2020.

OREIRO, J. L. Origem, causas e impacto da crise. **VALOR ECONÔMICO**, São Paulo. 13 set. 2011. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise.ghtml>. Acesso em 20 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n° 41/11 de 27 de outubro de 1986, da Assembleia Geral das Organização das Nações Unidas**. Zone of peace and co-operation of the South Atlantic. Nova Iorque: ONU, 1986. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/41/11>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PATRIOTA, A. A. **Política externa brasileira**: discursos, artigos e entrevistas (janeiro a agosto de 2013). Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em:

http://funag.gov.br/biblioteca/download/1167-POLITICA-EXTERNA-BRASILEIRA-II_Discursos_Artigos_Entrevistas.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PESCE, E. I. Além da Amazônia Azul: Projeção Estratégica do Brasil no Atlântico Sul. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 132, n. 01/03, p. 86-95, 2012. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_1-12.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

PIMENTEL, C. R. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/393>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PINHEIRO DA SILVA, L. P. Política Externa como política pública: o processo de “politização” da Política Externa Brasileira na Nova República. **Revista Hoplos**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 82-97, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/issue/view/Hoplos%20v.2%20n.2/showToc>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PRAZERES, F. L. L. O Brasil e a CPLP: oportunidade a ser ainda mais explorada. **DefesaNet**, Brasília, 4 jan. 2019, Seção Pensamento. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pensamento/noticia/31646/O-Brasil-e-a-CPLP--oportunidade-a-ser-ainda-mais-explorada/>. Acesso em: 1 ago. 2020.

PWC. **Global Defense Perspectives 2017**. Londres: PwC, c2017. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/government-public-sector-research/pdf/global-defense-perspectives-2017.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

O QUE é o G20 e quais países fazem parte?. **VEJA**, São Paulo, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/o-que-e-o-g20-e-quais-paises-fazem-parte/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

REPORTS. **The Observatory of Economic Complexity (OEC)**, Cambridge, 2018. Disponível em: <https://oec.world/>. Acesso em: 1 ago.2020.

ROMILDO J. Países do G4 reiteram apoio à reforma do Conselho de Segurança da ONU. **AGÊNCIA BRASIL**, Brasília, 3 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-10/paises-do-g4-reiteram-apoio-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SINGER, P. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 91-102, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10412>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUSA C. A. O Entorno Estratégico Brasileiro e as perspectivas de cooperação da MB. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 523 - 538, jul./dez. 2013. Disponível em:

<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/210>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SOUZA, J. E. B. **Brasil na Antártica: 25 Anos de História**. São Carlos: Vento Verde Editora, 2008. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/publicacoes/proantar/livros/livro%20proantar%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o-02%20%281%29.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

TARRAGÔ, P. S. A reforma da ONU: a Comissão da Paz e ampliação do Conselho de Segurança. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL: O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AÍ, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Seminário sobre a Reforma da ONU** [...]. Brasília: FUNAG, 2010. p. 27-42. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/790-IV_CNPEPI_reforma_da_onu.pdf. Acesso em 1 ago. 2020.

TAXA de desemprego em 2010 é a menor em oito anos. **Veja**, São Paulo, 27 jan. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/taxa-de-desemprego-em-2010-e-a-menor-em-oito-anos/>. Acesso em: 13 mai.2020.

TCU. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República (Exercício 2009)**. Brasília: TCU, 2009. Disponível em:

https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2009/Textos/CG%202009%20Relat%C3%B3rio.pdf#page=18. Acesso em: 13 mai. 2020.

União Africana (UA). **DW Brasil**, Bonn, 1 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-002/uni%C3%A3o-africana-ua/t-19408626>. Acesso em: 1 ago. 2020.

VEJA os principais programas sociais do Governo Lula. **ESTADÃO**, São Paulo, 28 fev. 2008. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-os-principais-programas-sociais-do-governo-lula,130446>. Acesso em: 13 mai. 2020.

VIOTTI, M. L. R.; DUNLOP, R. M. C.; FERNANDES, L. L. G. N. **O Brasil no**

Conselho de Segurança da ONU 2010 -2011. Brasília: FUNAG, 2014. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/1106-](http://funag.gov.br/biblioteca/download/1106-O_Brasil_no_Conselho_de_Seguranca_da_ONU_Corrigido%204%20(15-01-2015).pdf)

[O_Brasil_no_Conselho_de_Seguranca_da_ONU_Corrigido%204%20\(15-01-2015\).pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/1106-O_Brasil_no_Conselho_de_Seguranca_da_ONU_Corrigido%204%20(15-01-2015).pdf). Acesso em 18 ago. 2020.